

**TPI – Triunfo Participações e
Investimentos S.A.**

**Informações Trimestrais (ITR) acompanhadas do
Relatório de Revisão das Informações Trimestrais**

Em 30 de setembro de 2015

Índice

| | Página |
|--|---------------|
| Relatório de Revisão das Informações Trimestrais | 3 |
| ITR – Informações Trimestrais – 30/09/2015 | 6 |

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Triunfo Participações e Investimentos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.a) iii, nº1.b) iv. e nº 9, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações para alienação de suas controladas Rio Verde Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e TNE – Triunfo Negócios de Energia, com as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A conclusão e efetivação da venda ainda estão sujeitas ao cumprimento pelas partes de determinadas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, incluindo a aprovação de credores, como o BNDES, e de debenturistas, e por determinadas autoridades governamentais da China, país de origem da compradora. Os saldos referentes a esses investimentos estão registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas rubricas de “Participações a comercializar” e “Ativos e passivos de operações descontinuadas”, respectivamente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

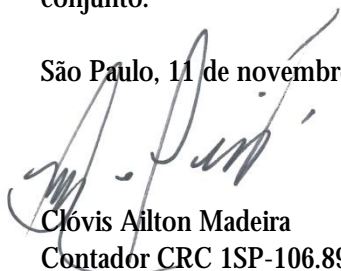
Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Estas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2015.



Clóvis Ailton Madeira
Contador CRC 1SP-106.895/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Índice

Dados da Empresa

| | |
|-----------------------|---|
| Composição do Capital | 1 |
|-----------------------|---|

DFs Individuais

| | |
|---------------------------|---|
| Balanco Patrimonial Ativo | 2 |
|---------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|---|
| Balanco Patrimonial Passivo | 3 |
|-----------------------------|---|

| | |
|---------------------------|---|
| Demonstração do Resultado | 4 |
|---------------------------|---|

| | |
|--------------------------------------|---|
| Demonstração do Resultado Abrangente | 5 |
|--------------------------------------|---|

| | |
|--------------------------------|---|
| Demonstração do Fluxo de Caixa | 6 |
|--------------------------------|---|

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | |
|--------------------------------|---|
| DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015 | 7 |
|--------------------------------|---|

| | |
|--------------------------------|---|
| DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014 | 8 |
|--------------------------------|---|

| | |
|----------------------------------|---|
| Demonstração do Valor Adicionado | 9 |
|----------------------------------|---|

DFs Consolidadas

| | |
|---------------------------|----|
| Balanco Patrimonial Ativo | 10 |
|---------------------------|----|

| | |
|-----------------------------|----|
| Balanco Patrimonial Passivo | 11 |
|-----------------------------|----|

| | |
|---------------------------|----|
| Demonstração do Resultado | 13 |
|---------------------------|----|

| | |
|--------------------------------------|----|
| Demonstração do Resultado Abrangente | 15 |
|--------------------------------------|----|

| | |
|--------------------------------|----|
| Demonstração do Fluxo de Caixa | 16 |
|--------------------------------|----|

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | |
|--------------------------------|----|
| DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015 | 18 |
|--------------------------------|----|

| | |
|--------------------------------|----|
| DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014 | 19 |
|--------------------------------|----|

| | |
|----------------------------------|----|
| Demonstração do Valor Adicionado | 20 |
|----------------------------------|----|

| | |
|--------------------------|----|
| Comentário do Desempenho | 21 |
|--------------------------|----|

| | |
|--------------------|----|
| Notas Explicativas | 24 |
|--------------------|----|

| | |
|---|----|
| Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes | 93 |
|---|----|

Pareceres e Declarações

| | |
|--|----|
| Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva | 97 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras | 99 |
|---|----|

| | |
|--|-----|
| Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes | 100 |
|--|-----|

Dados da Empresa / Composição do Capital

| Número de Ações (Mil) | Trimestre Atual 30/09/2015 |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Do Capital Integralizado | |
| Ordinárias | 176.000 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 176.000 |
| Em Tesouraria | |
| Ordinárias | 361 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 361 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/09/2015 | Exercício Anterior 31/12/2014 |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 1 | Ativo Total | 2.893.206 | 2.622.689 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 881.758 | 866.683 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 112.274 | 92.144 |
| 1.01.01.01 | Caixa e Equivalentes de caixa | 112.274 | 92.144 |
| 1.01.03 | Contas a Receber | 2.251 | 101.299 |
| 1.01.03.02 | Outras Contas a Receber | 2.251 | 101.299 |
| 1.01.03.02.01 | Adiantamento a fornecedores | 89 | 19 |
| 1.01.03.02.02 | Contas a receber - Partes relacionadas | 2.119 | 92.049 |
| 1.01.03.02.03 | Outros créditos | 43 | 9.231 |
| 1.01.06 | Tributos a Recuperar | 9.186 | 12.267 |
| 1.01.06.01 | Tributos Correntes a Recuperar | 9.186 | 12.267 |
| 1.01.07 | Despesas Antecipadas | 59 | 108 |
| 1.01.07.01 | Despesas de exercícios seguintes | 59 | 108 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 757.988 | 660.865 |
| 1.01.08.01 | Ativos Não-Correntes a Venda | 757.988 | 660.865 |
| 1.01.08.01.01 | Participações a comercializar | 757.988 | 660.865 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 2.011.448 | 1.756.006 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 110.140 | 37.454 |
| 1.02.01.03 | Contas a Receber | 162 | 162 |
| 1.02.01.03.02 | Outras Contas a Receber | 162 | 162 |
| 1.02.01.08 | Créditos com Partes Relacionadas | 109.978 | 37.292 |
| 1.02.01.08.02 | Créditos com Controladas | 109.978 | 37.292 |
| 1.02.02 | Investimentos | 1.739.445 | 1.558.313 |
| 1.02.02.01 | Participações Societárias | 1.739.445 | 1.558.313 |
| 1.02.02.01.02 | Participações em Controladas | 1.739.445 | 1.558.313 |
| 1.02.03 | Imobilizado | 10.128 | 10.110 |
| 1.02.03.01 | Imobilizado em Operação | 10.128 | 10.110 |
| 1.02.04 | Intangível | 151.735 | 150.129 |
| 1.02.04.01 | Intangíveis | 151.735 | 150.129 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/09/2015 | Exercício Anterior 31/12/2014 |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 2 | Passivo Total | 2.893.206 | 2.622.689 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.367.732 | 424.332 |
| 2.01.01 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 2.663 | 2.675 |
| 2.01.01.01 | Obrigações Sociais | 350 | 555 |
| 2.01.01.02 | Obrigações Trabalhistas | 2.313 | 2.120 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 802 | 733 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 802 | 733 |
| 2.01.04 | Empréstimos e Financiamentos | 1.192.666 | 358.128 |
| 2.01.04.01 | Empréstimos e Financiamentos | 417.340 | 94.503 |
| 2.01.04.01.01 | Em Moeda Nacional | 417.340 | 94.503 |
| 2.01.04.02 | Debêntures | 775.326 | 263.625 |
| 2.01.04.02.01 | Debêntures | 775.326 | 93.751 |
| 2.01.04.02.02 | Notas Promissórias | 0 | 169.874 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 171.601 | 62.796 |
| 2.01.05.01 | Passivos com Partes Relacionadas | 135.974 | 55.296 |
| 2.01.05.01.02 | Débitos com Controladas | 135.974 | 55.296 |
| 2.01.05.02 | Outros | 35.627 | 7.500 |
| 2.01.05.02.01 | Dividendos e JCP a Pagar | 30.000 | 0 |
| 2.01.05.02.05 | Outros débitos | 5.627 | 7.500 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 233.689 | 883.217 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 5.935 | 664.016 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 5.935 | 9.274 |
| 2.02.01.01.01 | Em Moeda Nacional | 5.935 | 9.274 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 0 | 654.742 |
| 2.02.01.02.01 | Debêntures | 0 | 654.742 |
| 2.02.02 | Outras Obrigações | 12 | 3.250 |
| 2.02.02.02 | Outros | 12 | 3.250 |
| 2.02.02.02.03 | Contrato de aquisição de ativos | 0 | 3.250 |
| 2.02.04 | Provisões | 227.742 | 215.951 |
| 2.02.04.02 | Outras Provisões | 227.742 | 215.951 |
| 2.02.04.02.04 | Provisões sobre Passivo a Descoberto de Subsidiárias | 227.742 | 215.951 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido | 1.291.785 | 1.315.140 |
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 842.979 | 842.979 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | -298.741 | -297.367 |
| 2.03.02.07 | Reservas de capital | -298.741 | -297.367 |
| 2.03.03 | Reservas de Reavaliação | 126.806 | 137.985 |
| 2.03.04 | Reservas de Lucros | 255.885 | 245.174 |
| 2.03.04.01 | Reserva Legal | 28.840 | 28.840 |
| 2.03.04.05 | Reserva de Retenção de Lucros | 227.045 | 216.334 |
| 2.03.06 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 364.856 | 386.369 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|-----------------|--|--|--|---|---|
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | 37.242 | 158.197 | 39.002 | 251.455 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -9.983 | -31.645 | -9.832 | -27.565 |
| 3.04.02.01 | Despesas Gerais e Administrativas | -3.113 | -9.447 | -3.334 | -9.877 |
| 3.04.02.02 | Remuneração dos Administradores | -3.005 | -9.847 | -2.800 | -7.292 |
| 3.04.02.03 | Despesas com Pessoal | -3.066 | -9.947 | -2.886 | -7.944 |
| 3.04.02.04 | Depreciação do Imobilizado | -116 | -361 | -128 | -396 |
| 3.04.02.05 | Amortização do Intangível | -683 | -2.043 | -684 | -2.056 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | 6.198 | 2.542 | 17.050 | 33.332 |
| 3.04.06 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 41.027 | 187.300 | 31.784 | 245.688 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 37.242 | 158.197 | 39.002 | 251.455 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | -46.796 | -150.178 | -34.173 | -114.847 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 1.967 | 8.581 | 1.658 | 6.272 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -48.763 | -158.759 | -35.831 | -121.119 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | -9.554 | 8.019 | 4.829 | 136.608 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | -9.554 | 8.019 | 4.829 | 136.608 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo do Período | -9.554 | 8.019 | 4.829 | 136.608 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | | | |
| 3.99.01 | Lucro Básico por Ação | | | | |
| 3.99.01.01 | ON | -0,05428 | 0,04556 | 0,02744 | 0,77618 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|-----------------|---|--|--|---|---|
| 4.01 | Lucro Líquido do Período | -9.554 | 8.019 | 4.829 | 136.608 |
| 4.02 | Outros Resultados Abrangentes | 10.742 | 32.692 | 9.298 | 27.567 |
| 4.02.01 | Reserva de reavaliação reflexa | 3.571 | 11.179 | 5.157 | 16.682 |
| 4.02.02 | Ajuste ao custo atribuído reflexo | 7.171 | 21.513 | 10.862 | 26.389 |
| 4.02.03 | Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto | 0 | 0 | -6.721 | -15.504 |
| 4.03 | Resultado Abrangente do Período | 1.188 | 40.711 | 14.127 | 164.175 |

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|------------------------|---|---|--|
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | -34.067 | -9.810 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | -20.595 | -5.299 |
| 6.01.01.01 | Lucro Líquido do Período | 8.019 | 136.608 |
| 6.01.01.02 | Depreciação do Imobilizado | 361 | 396 |
| 6.01.01.03 | Amortização do Intangível | 249 | 262 |
| 6.01.01.04 | Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível | 1.227 | 4 |
| 6.01.01.05 | Amortização do Ágio sobre Investimentos | 1.794 | 1.794 |
| 6.01.01.06 | Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 127.018 | 100.700 |
| 6.01.01.07 | Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | 8.411 | 625 |
| 6.01.01.09 | Resultado de Equivalência Patrimonial | -187.300 | -245.688 |
| 6.01.01.11 | Amortização de custos na emissão de debenturês | 4.783 | 0 |
| 6.01.01.12 | Perda na baixa de investimento | 14.843 | 0 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | 7.194 | -4.511 |
| 6.01.02.02 | Impostos a recuperar | 3.081 | -3.231 |
| 6.01.02.03 | Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber | 9.167 | 0 |
| 6.01.02.04 | Fornecedores | 81 | -140 |
| 6.01.02.05 | Obrigações sociais e trabalhistas | 193 | 935 |
| 6.01.02.06 | Impostos, taxas e contribuições | -205 | -206 |
| 6.01.02.07 | Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar | -5.123 | -1.869 |
| 6.01.03 | Outros | -20.666 | 0 |
| 6.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | -13.154 | -186.338 |
| 6.02.01 | Investimentos em Controladas e Coligadas | -253.464 | -352.573 |
| 6.02.02 | Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos | 249.661 | 191.417 |
| 6.02.03 | Aquisição de Bens do Imobilizado | -379 | -174 |
| 6.02.04 | Adições ao Intangível | -8.972 | -25.008 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | 67.351 | 162.203 |
| 6.03.02 | Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | -165.694 | -13.986 |
| 6.03.03 | Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | 194.150 | 63.454 |
| 6.03.04 | Juros Pagos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | -4.394 | -2.830 |
| 6.03.05 | Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | 7 | 206 |
| 6.03.06 | Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias | 366.043 | 536.724 |
| 6.03.07 | Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | -270.802 | -385.305 |
| 6.03.08 | Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | -50.585 | -36.060 |
| 6.03.10 | Compra de ações em tesouraria | -1.374 | 0 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 20.130 | -33.945 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 92.144 | 36.108 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 112.274 | 2.163 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|-----------------|---|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 842.979 | -297.367 | 245.174 | 0 | 524.354 | 1.315.140 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 842.979 | -297.367 | 245.174 | 0 | 524.354 | 1.315.140 |
| 5.04 | Transações de Capital com os Sócios | 0 | -1.374 | -30.000 | 0 | 0 | -31.374 |
| 5.04.04 | Ações em Tesouraria Adquiridas | 0 | -1.374 | 0 | 0 | 0 | -1.374 |
| 5.04.06 | Dividendos | 0 | 0 | -30.000 | 0 | 0 | -30.000 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 8.019 | 0 | 8.019 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 8.019 | 0 | 8.019 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 40.711 | -8.019 | -32.692 | 0 |
| 5.06.02 | Realização da Reserva Reavaliação | 0 | 0 | 0 | 11.179 | -11.179 | 0 |
| 5.06.05 | Constituição da Reserva de Retenção de Lucros | 0 | 0 | 40.711 | -40.711 | 0 | 0 |
| 5.06.06 | Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 21.513 | -21.513 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 842.979 | -298.741 | 255.885 | 0 | 491.662 | 1.291.785 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|-----------------|---|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 842.979 | -14.142 | 618.976 | 0 | 552.284 | 2.000.097 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | -4.954 | 0 | 0 | 0 | -4.954 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 842.979 | -19.096 | 618.976 | 0 | 552.284 | 1.995.143 |
| 5.04 | Transações de Capital com os Sócios | 0 | -278.271 | 0 | 0 | 0 | -278.271 |
| 5.04.09 | Perda no aumento de participações | 0 | -278.271 | 0 | 0 | 0 | -278.271 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 136.608 | -15.504 | 121.104 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 136.608 | 0 | 136.608 |
| 5.05.02 | Outros Resultados Abrangentes | 0 | 0 | 0 | 0 | -15.504 | -15.504 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 179.679 | -136.608 | -43.071 | 0 |
| 5.06.02 | Realização da Reserva Reavaliação | 0 | 0 | 0 | 43.071 | -43.071 | 0 |
| 5.06.05 | Constituição da Reserva de Retenção de Lucros | 0 | 0 | 179.679 | -179.679 | 0 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 842.979 | -297.367 | 798.655 | 0 | 493.709 | 1.837.976 |

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|------------------------|--|---|--|
| 7.01 | Receitas | 52.261 | 77.591 |
| 7.01.02 | Outras Receitas | 52.261 | 77.591 |
| 7.01.02.01 | Realização da Reserva de Reavaliação | 32.692 | 43.071 |
| 7.01.02.02 | Outras Receitas | 19.569 | 34.520 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -25.988 | -10.674 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -8.961 | -9.486 |
| 7.02.04 | Outros | -17.027 | -1.188 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | 26.273 | 66.917 |
| 7.04 | Retenções | -2.404 | -2.452 |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | -2.404 | -2.452 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | 23.869 | 64.465 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 195.881 | 251.960 |
| 7.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 187.300 | 245.688 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 8.581 | 6.272 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 219.750 | 316.425 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 219.750 | 316.425 |
| 7.08.01 | Pessoal | 16.764 | 13.405 |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta | 15.048 | 11.928 |
| 7.08.01.02 | Benefícios | 1.106 | 1.125 |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. | 610 | 352 |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 3.087 | 1.876 |
| 7.08.02.01 | Federais | 3.030 | 1.831 |
| 7.08.02.02 | Estaduais | 3 | 4 |
| 7.08.02.03 | Municipais | 54 | 41 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 159.188 | 121.465 |
| 7.08.03.01 | Juros | 158.807 | 121.164 |
| 7.08.03.02 | Aluguéis | 381 | 301 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | 40.711 | 179.679 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | 40.711 | 179.679 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/09/2015 | Exercício Anterior 31/12/2014 |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 1 | Ativo Total | 7.025.867 | 5.494.972 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 1.076.685 | 663.420 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 164.873 | 188.209 |
| 1.01.02 | Aplicações Financeiras | 43.052 | 0 |
| 1.01.02.01 | Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo | 43.052 | 0 |
| 1.01.02.01.03 | Aplicações financeiras vinculadas | 43.052 | 0 |
| 1.01.03 | Contas a Receber | 774.494 | 415.441 |
| 1.01.03.01 | Clientes | 57.274 | 56.308 |
| 1.01.03.02 | Outras Contas a Receber | 717.220 | 359.133 |
| 1.01.03.02.02 | Indenização a receber - aditivos | 717.220 | 359.133 |
| 1.01.06 | Tributos a Recuperar | 57.100 | 32.973 |
| 1.01.06.01 | Tributos Correntes a Recuperar | 57.100 | 32.973 |
| 1.01.07 | Despesas Antecipadas | 6.805 | 6.317 |
| 1.01.07.01 | Despesas de exercícios seguintes | 6.805 | 6.317 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 30.361 | 20.480 |
| 1.01.08.03 | Outros | 30.361 | 20.480 |
| 1.01.08.03.01 | Adiantamento a fornecedores | 14.175 | 8.876 |
| 1.01.08.03.02 | Outros créditos | 2.931 | 11.604 |
| 1.01.08.03.03 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 13.255 | 0 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 5.949.182 | 4.831.552 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 2.082.011 | 1.887.813 |
| 1.02.01.01 | Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo | 68 | 68 |
| 1.02.01.01.03 | Aplicações financeiras vinculadas | 68 | 68 |
| 1.02.01.03 | Contas a Receber | 7.002 | 7.002 |
| 1.02.01.03.01 | Clientes | 7.002 | 7.002 |
| 1.02.01.06 | Tributos Diferidos | 181.068 | 134.231 |
| 1.02.01.06.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 181.068 | 134.231 |
| 1.02.01.07 | Despesas Antecipadas | 3.228 | 3.871 |
| 1.02.01.07.01 | Despesas de exercícios seguintes | 3.228 | 3.871 |
| 1.02.01.08 | Créditos com Partes Relacionadas | 47.718 | 40.318 |
| 1.02.01.08.04 | Créditos com Outras Partes Relacionadas | 47.718 | 40.318 |
| 1.02.01.09 | Outros Ativos Não Circulantes | 1.842.927 | 1.702.323 |
| 1.02.01.09.02 | Ativos de Operações Descontinuadas | 1.809.992 | 1.667.943 |
| 1.02.01.09.03 | Depósitos Judiciais | 6.604 | 3.163 |
| 1.02.01.09.04 | Impostos a Recuperar | 3.027 | 2.990 |
| 1.02.01.09.05 | Outros Créditos | 23.304 | 28.227 |
| 1.02.02 | Investimentos | 723.882 | 671.408 |
| 1.02.02.01 | Participações Societárias | 723.882 | 671.408 |
| 1.02.02.01.01 | Participações em Coligadas | 723.767 | 671.333 |
| 1.02.02.01.04 | Outras Participações Societárias | 115 | 75 |
| 1.02.03 | Imobilizado | 75.971 | 73.792 |
| 1.02.03.01 | Imobilizado em Operação | 75.971 | 73.792 |
| 1.02.04 | Intangível | 3.067.318 | 2.198.539 |
| 1.02.04.01 | Intangíveis | 3.067.318 | 2.198.539 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/09/2015 | Exercício Anterior 31/12/2014 |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 2 | Passivo Total | 7.025.867 | 5.494.972 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 3.516.302 | 1.337.022 |
| 2.01.01 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 34.383 | 17.204 |
| 2.01.01.02 | Obrigações Trabalhistas | 34.383 | 17.204 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 195.591 | 65.047 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 195.591 | 65.047 |
| 2.01.03 | Obrigações Fiscais | 72.028 | 37.646 |
| 2.01.04 | Empréstimos e Financiamentos | 2.911.362 | 913.059 |
| 2.01.04.01 | Empréstimos e Financiamentos | 1.571.297 | 697.684 |
| 2.01.04.01.01 | Em Moeda Nacional | 1.571.297 | 697.684 |
| 2.01.04.02 | Debêntures | 1.338.710 | 214.701 |
| 2.01.04.03 | Financiamento por Arrendamento Financeiro | 1.355 | 674 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 296.467 | 294.280 |
| 2.01.05.01 | Passivos com Partes Relacionadas | 37.746 | 10.755 |
| 2.01.05.02 | Outros | 258.721 | 283.525 |
| 2.01.05.02.01 | Dividendos e JCP a Pagar | 31.544 | 26.070 |
| 2.01.05.02.04 | Adiantamento de clientes | 846 | 71.364 |
| 2.01.05.02.06 | Outros débitos | 13.299 | 16.217 |
| 2.01.05.02.07 | Notas Promissórias | 213.032 | 169.874 |
| 2.01.06 | Provisões | 6.471 | 9.786 |
| 2.01.06.02 | Outras Provisões | 6.471 | 9.786 |
| 2.01.06.02.04 | Obrigações contrato de concessão | 6.471 | 9.786 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 2.098.466 | 2.724.134 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 599.249 | 1.570.374 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 205.651 | 329.835 |
| 2.02.01.01.01 | Em Moeda Nacional | 205.651 | 329.835 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 392.101 | 1.239.519 |
| 2.02.01.03 | Financiamento por Arrendamento Financeiro | 1.497 | 1.020 |
| 2.02.02 | Outras Obrigações | 43.154 | 16.575 |
| 2.02.02.02 | Outros | 43.154 | 16.575 |
| 2.02.02.02.03 | Contratos de Aquisição de Ativos | 0 | 3.250 |
| 2.02.02.02.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 10.456 | 3.321 |
| 2.02.02.02.05 | Receitas Diferidas, Líquidas | 7.297 | 9.264 |
| 2.02.02.02.06 | Outras Obrigações | 8.637 | 740 |
| 2.02.02.02.07 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 16.764 | 0 |
| 2.02.03 | Tributos Diferidos | 308.028 | 196.825 |
| 2.02.03.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 308.028 | 196.825 |
| 2.02.04 | Provisões | 111.860 | 82.175 |
| 2.02.04.01 | Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis | 3.604 | 2.782 |
| 2.02.04.02 | Outras Provisões | 108.256 | 79.393 |
| 2.02.04.02.04 | Obrigações contrato de concessão | 108.208 | 79.345 |
| 2.02.04.02.05 | Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias | 48 | 48 |
| 2.02.05 | Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados | 1.036.175 | 858.185 |
| 2.02.05.02 | Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas | 1.036.175 | 858.185 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido Consolidado | 1.411.099 | 1.433.816 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 30/09/2015 | Exercício Anterior 31/12/2014 |
|------------------------|---|---------------------------------------|--|
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 842.979 | 842.979 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | -298.741 | -297.367 |
| 2.03.02.07 | Reservas de Capital | -298.741 | -297.367 |
| 2.03.03 | Reservas de Reavaliação | 126.806 | 137.985 |
| 2.03.04 | Reservas de Lucros | 255.885 | 245.174 |
| 2.03.04.01 | Reserva Legal | 28.840 | 28.840 |
| 2.03.04.05 | Reserva de Retenção de Lucros | 227.045 | 216.334 |
| 2.03.06 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 364.856 | 386.369 |
| 2.03.09 | Participação dos Acionistas Não Controladores | 119.314 | 118.676 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|-----------------|--|--|--|---|---|
| 3.01 | Receita de Venda de Bens e/ou Serviços | 556.163 | 1.930.729 | 505.885 | 1.167.199 |
| 3.02 | Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos | -387.287 | -1.293.514 | -353.755 | -818.552 |
| 3.02.01 | Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias | -38.911 | -67.590 | -14.400 | -45.160 |
| 3.02.02 | Custo de Manutenção - IAS 37 | 0 | 0 | -3.388 | 0 |
| 3.02.03 | Custo de Construção | -243.981 | -962.374 | -269.892 | -573.979 |
| 3.02.04 | Operação Portuária | 0 | 0 | -79 | -447 |
| 3.02.06 | Operação de Energia | -496 | -2.995 | -1.718 | -5.866 |
| 3.02.07 | Custo com Pessoal | -24.345 | -52.912 | -12.572 | -32.116 |
| 3.02.08 | Depreciação do Imobilizado (Custo) | -309 | -751 | -121 | -481 |
| 3.02.10 | Amortização do Intangível (Custo) | -48.211 | -137.031 | -35.188 | -104.259 |
| 3.02.11 | Amortização do Intangível (Mais Valia) | -11.486 | -37.384 | -12.681 | -41.380 |
| 3.02.12 | Obrigações da Concessão | -19.548 | -32.477 | -3.716 | -14.864 |
| 3.03 | Resultado Bruto | 168.876 | 637.215 | 152.130 | 348.647 |
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | -26.650 | -85.985 | -1.694 | -22.573 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -36.540 | -109.199 | -34.447 | -92.038 |
| 3.04.02.01 | Despesas Gerais e Administrativas | -11.134 | -40.591 | -17.154 | -41.729 |
| 3.04.02.02 | Remuneração dos Administradores | -5.314 | -17.954 | -3.101 | -15.201 |
| 3.04.02.03 | Despesas com Pessoal | -16.057 | -40.513 | -11.730 | -28.131 |
| 3.04.02.04 | Depreciação do Imobilizado (Custo) | -1.691 | -3.499 | -705 | -1.751 |
| 3.04.02.06 | Amortização do Intangível | -1.746 | -4.848 | -1.159 | -3.432 |
| 3.04.02.07 | Amortização de Ágio sobre Investimentos | -598 | -1.794 | -598 | -1.794 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | -477 | 29.771 | 27.802 | 40.252 |
| 3.04.05 | Outras Despesas Operacionais | -1.132 | -28.282 | -72 | -965 |
| 3.04.05.02 | Outras despesas operacionais | -161 | -6.682 | 0 | 0 |
| 3.04.05.03 | Outras despesas não recorrentes | -971 | -21.600 | 0 | 0 |
| 3.04.06 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 11.499 | 21.725 | 5.023 | 30.178 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 142.226 | 551.230 | 150.436 | 326.074 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | -119.031 | -366.708 | -57.807 | -170.167 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|-----------------|--|--|--|---|---|
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | -157 | 16.361 | 4.604 | 17.760 |
| 3.06.01.01 | Receitas Financeiras | -157 | 16.361 | 4.604 | 17.760 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -118.874 | -383.069 | -62.411 | -187.927 |
| 3.06.02.01 | Despesas Financeiras | -118.828 | -382.276 | -62.411 | -187.927 |
| 3.06.02.02 | Varição Cambial Passiva, Líquida | -46 | -793 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | 23.195 | 184.522 | 92.629 | 155.907 |
| 3.08 | Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | -4.882 | -110.631 | -31.755 | -61.619 |
| 3.08.01 | Corrente | 5.462 | -30.686 | -9.334 | -34.339 |
| 3.08.02 | Diferido | -10.344 | -79.945 | -22.421 | -27.280 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | 18.313 | 73.891 | 60.874 | 94.288 |
| 3.10 | Resultado Líquido de Operações Descontinuadas | -18.439 | -11.223 | -35.035 | 79.127 |
| 3.10.01 | Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas | -18.439 | -11.223 | -35.035 | 79.127 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo Consolidado do Período | -126 | 62.668 | 25.839 | 173.415 |
| 3.11.01 | Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | -9.554 | 8.019 | 4.829 | 136.608 |
| 3.11.02 | Atribuído a Sócios Não Controladores | 9.428 | 54.649 | 21.010 | 36.807 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | | | |

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|------------------------|---|--|---|--|--|
| 4.01 | Lucro Líquido Consolidado do Período | -126 | 62.668 | 25.839 | 173.415 |
| 4.02 | Outros Resultados Abrangentes | 10.742 | 32.692 | 9.298 | 27.567 |
| 4.02.01 | Reserva de reavaliação reflexa | 3.571 | 11.179 | 5.157 | 16.682 |
| 4.02.02 | Ajuste ao custo atribuído reflexo | 7.171 | 21.513 | 10.862 | 26.389 |
| 4.02.03 | Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto | 0 | 0 | -6.721 | -15.504 |
| 4.03 | Resultado Abrangente Consolidado do Período | 10.616 | 95.360 | 35.137 | 200.982 |
| 4.03.01 | Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | 1.188 | 40.711 | 14.127 | 164.175 |
| 4.03.02 | Atribuído a Sócios Não Controladores | 9.428 | 54.649 | 21.010 | 36.807 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|------------------------|---|---|--|
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | 405.032 | 203.476 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | 670.736 | 424.927 |
| 6.01.01.01 | Lucro Líquido do Período | 8.019 | 136.608 |
| 6.01.01.03 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 79.945 | 27.280 |
| 6.01.01.04 | Depreciação do Imobilizado | 4.250 | 2.232 |
| 6.01.01.05 | Amortização do Intangível | 179.263 | 109.486 |
| 6.01.01.06 | Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível | 17.108 | 953 |
| 6.01.01.07 | Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 336.956 | 141.353 |
| 6.01.01.08 | Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | 2.621 | -2.293 |
| 6.01.01.09 | Provisão para Contingências, Líquidas de baixas e reversões | 822 | -901 |
| 6.01.01.12 | Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas | -1.967 | -2.257 |
| 6.01.01.13 | Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros | 1.620 | 0 |
| 6.01.01.16 | Amortização de ágio e deságio sobre investimentos | 1.794 | 41.379 |
| 6.01.01.17 | Participação de acionistas não controladores | 54.649 | 1.265 |
| 6.01.01.19 | Resultado de Equivalência Patrimonial | -21.725 | -30.178 |
| 6.01.01.20 | Amortização de Custos na Emissão de Debêntures | 7.381 | 0 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | -265.704 | -221.451 |
| 6.01.02.01 | Contas a receber de clientes | -966 | 8.760 |
| 6.01.02.02 | Contas a receber de empresas ligadas, operações comerciais | 31 | 33.233 |
| 6.01.02.03 | Impostos a recuperar | -24.164 | -7.687 |
| 6.01.02.04 | Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber | -41.826 | -20.796 |
| 6.01.02.05 | Fornecedores | 130.544 | 9.280 |
| 6.01.02.06 | Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais | 11.788 | 0 |
| 6.01.02.07 | Obrigações sociais e trabalhistas | 17.179 | 6.211 |
| 6.01.02.08 | Impostos, taxas e contribuições | 51.054 | -223 |
| 6.01.02.09 | Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes | 30.686 | 34.339 |
| 6.01.02.10 | Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes | -40.223 | -37.454 |
| 6.01.02.11 | Adiantamento de clientes e outras contas a pagar | -10.396 | 42.505 |
| 6.01.02.12 | Indenizações a receber - aditivos | -358.087 | -289.619 |
| 6.01.02.13 | Outras variações de ativos e passivos | -31.324 | 0 |
| 6.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | -755.763 | -632.607 |
| 6.02.01 | Aquisição de Investimentos | -69.045 | -184.997 |
| 6.02.02 | Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos | 25.158 | 136.506 |
| 6.02.03 | Aquisição de Bens do Imobilizado | -5.294 | -16.190 |
| 6.02.04 | Adições ao Intangível | -706.582 | -567.926 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | 327.395 | 630.483 |
| 6.03.01 | Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos | -26.070 | 0 |
| 6.03.02 | Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | 55.878 | 60.697 |
| 6.03.03 | Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias | 1.854.456 | 1.123.901 |
| 6.03.04 | Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | -1.322.676 | -485.197 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|------------------------|---|---|--|
| 6.03.05 | Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | -181.455 | -65.668 |
| 6.03.06 | Pagamentos para empresas ligadas, Operações não comerciais | -49.464 | -4.610 |
| 6.03.07 | Juros recebidos de empresas ligadas, Operações não Comerciais | 7 | 1.360 |
| 6.03.08 | Juros Pagos de empresas ligadas, Operações não Comerciais | -1.907 | 0 |
| 6.03.10 | Compra de ações em tesouraria | -1.374 | 0 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | -23.336 | 201.352 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 188.209 | 50.668 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 164.873 | 252.020 |

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015

(Reais Mil)

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|-----------------|---|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 842.979 | -297.367 | 245.174 | 0 | 524.354 | 1.315.140 | 118.676 | 1.433.816 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 842.979 | -297.367 | 245.174 | 0 | 524.354 | 1.315.140 | 118.676 | 1.433.816 |
| 5.04 | Transferências de Capital com os Sócios | 0 | -1.374 | -30.000 | 0 | 0 | -31.374 | -54.011 | -85.385 |
| 5.04.04 | Ações em Tesouraria Adquiridas | 0 | -1.374 | 0 | 0 | 0 | -1.374 | 0 | -1.374 |
| 5.04.06 | Dividendos | 0 | 0 | -30.000 | 0 | 0 | -30.000 | -54.011 | -84.011 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 8.019 | 0 | 8.019 | 54.649 | 62.668 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 8.019 | 0 | 8.019 | 54.649 | 62.668 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 40.711 | -8.019 | -32.692 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.01 | Constituição de Reservas | 0 | 0 | 40.711 | -40.711 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.02 | Realização da Reserva Reavaliação | 0 | 0 | 0 | 11.179 | -11.179 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.05 | Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 21.513 | -21.513 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 842.979 | -298.741 | 255.885 | 0 | 491.662 | 1.291.785 | 119.314 | 1.411.099 |

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|-----------------|---|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 842.979 | -14.142 | 618.976 | 0 | 552.284 | 2.000.097 | 139.491 | 2.139.588 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | -4.954 | 0 | 0 | 0 | -4.954 | 0 | -4.954 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 842.979 | -19.096 | 618.976 | 0 | 552.284 | 1.995.143 | 139.491 | 2.134.634 |
| 5.04 | Transferências de Capital com os Sócios | 0 | -278.271 | 0 | 0 | 0 | -278.271 | 0 | -278.271 |
| 5.04.09 | Perda no aumento de participação | 0 | -278.271 | 0 | 0 | 0 | -278.271 | 0 | -278.271 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 136.608 | -15.504 | 121.104 | 96 | 121.200 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 136.608 | 0 | 136.608 | 96 | 136.704 |
| 5.05.02 | Outros Resultados Abrangentes | 0 | 0 | 0 | 0 | -15.504 | -15.504 | 0 | -15.504 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 179.679 | -136.608 | -43.071 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.01 | Constituição de Reservas | 0 | 0 | 179.679 | -136.608 | 0 | 0 | 0 | 43.071 |
| 5.06.02 | Realização da Reserva Reavaliação | 0 | 0 | 0 | 0 | -43.071 | 0 | 0 | -43.071 |
| 5.07 | Saldos Finais | 842.979 | -297.367 | 798.655 | 0 | 493.709 | 1.837.976 | 139.587 | 1.977.563 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014 |
|------------------------|--|---|--|
| 7.01 | Receitas | 2.072.247 | 1.304.902 |
| 7.01.01 | Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços | 705.991 | 520.047 |
| 7.01.02 | Outras Receitas | 1.366.256 | 784.855 |
| 7.01.02.01 | Receita de Construção | 1.289.133 | 694.316 |
| 7.01.02.02 | Realização da Reserva de Reavaliação | 32.692 | 43.071 |
| 7.01.02.03 | Outras Receitas | 44.431 | 47.468 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -1.106.235 | -661.180 |
| 7.02.01 | Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos | -56.700 | -11.455 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -64.631 | -74.173 |
| 7.02.04 | Outros | -984.904 | -575.552 |
| 7.02.04.02 | Custos de Construção | -962.374 | -573.979 |
| 7.02.04.03 | Outros Custos Operacionais | -22.530 | -1.573 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | 966.012 | 643.722 |
| 7.04 | Retenções | -185.307 | -153.097 |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | -185.307 | -153.097 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | 780.705 | 490.625 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 38.086 | 47.938 |
| 7.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 21.725 | 30.178 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 16.361 | 17.760 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 818.791 | 538.563 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 818.791 | 538.563 |
| 7.08.01 | Pessoal | 87.942 | 65.903 |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta | 66.841 | 51.573 |
| 7.08.01.02 | Benefícios | 15.457 | 10.794 |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. | 4.303 | 2.418 |
| 7.08.01.04 | Outros | 1.341 | 1.118 |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 200.302 | 125.975 |
| 7.08.02.01 | Federais | 158.620 | 97.140 |
| 7.08.02.02 | Estaduais | 6.982 | 211 |
| 7.08.02.03 | Municipais | 34.700 | 28.624 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 423.964 | 209.326 |
| 7.08.03.01 | Juros | 373.609 | 182.872 |
| 7.08.03.02 | Aluguéis | 9.800 | 7.875 |
| 7.08.03.03 | Outras | 40.555 | 18.579 |
| 7.08.03.03.01 | Remuneração do pode concedente | 32.477 | 14.864 |
| 7.08.03.03.02 | Outras | 8.078 | 3.715 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | 95.360 | 216.486 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | 40.711 | 179.679 |
| 7.08.04.04 | Part. Não Controladores nos Lucros Retidos | 54.649 | 36.807 |
| 7.08.05 | Outros | 11.223 | -79.127 |
| 7.08.05.01 | Lucro de Operações Descontinuadas | 11.223 | -79.127 |



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30.09.2015

Novas normas emitidas pelo CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia, no primeiro trimestre de 2013. A administração da Companhia avaliou essas novas normas, CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto, e apresenta os efeitos a seguir.

A Companhia possui participação de 50% na Portonave, 45% na Aeroportos Brasil (22,95%, indiretamente na concessionária Aeroportos Brasil Viracopos) e 15,79% na Vetria. Até 31 de dezembro de 2012 os ativos, passivos, receitas e despesas desses investimentos eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia proporcionalmente à sua participação de acordo com o CPC 19 (R1) – Investimento em empreendimento controlado em conjunto – Joint Venture (IAS 31).

Com a adoção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia considerou tais investimentos como controles em conjunto (joint ventures, sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial).

CONSOLIDADO

A receita bruta cresceu 64,5%, de R\$ 1.219,9 milhões no 9M14 para R\$ 2.006,9 milhões no 9M15. A variação deve-se principalmente ao forte incremento de receita bruta de construção, e de arrecadação de pedágio, que atingiu R\$695,5 milhões (+37,1%) no 9M15, devido ao início da cobrança de pedágio das 11 praças da Triunfo Concebra no final de junho de 2015, aquisição da Triunfo Transbrasiliana e reajustes tarifários com ganhos reais no período.

A receita líquida ajustada, excluindo construção de ativos das concessões, atingiu R\$ 641,6 milhões, +35,7% superior à receita líquida registrada no 9M14 de R\$ 472,9 milhões.

| Receita Operacional (R\$ mil) | 9M15 | 9M14 | Δ |
|---|------------------|------------------|--------------|
| Arrecadação de Pedágio | 695.467 | 507.341 | 37,1% |
| Construção de Ativos das Concessões | 1.289.133 | 694.316 | 85,7% |
| Operação Portuária - Carga Própria | - | 2.687 | n/c |
| Geração e Venda de Energia | 10.524 | 10.019 | 5,0% |
| Outras Receitas | 11.752 | 5.529 | 112,6% |
| Receita Operacional Bruta (ROB) | 2.006.876 | 1.219.892 | 64,5% |
| Deduções da Receita Bruta | (76.147) | (52.693) | 44,5% |
| Receita Operacional Líquida (ROL) | 1.930.729 | 1.167.199 | 65,4% |
| Construção de Ativos das Concessões | 1.289.133 | 694.316 | 85,7% |
| Receita Operacional Líquida Ajustada | 641.596 | 472.883 | 35,7% |

Custos e Despesas Operacionais:

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção e depreciação e amortização, atingiram R\$ 156,0 milhões no 9M15 (+58,4%). As despesas operacionais (caixa) consolidadas registraram R\$ 97,6 milhões (+113,2%).





A variação dos **custos + despesas com efeito caixa** deve-se, principalmente devido ao início da operação da Triunfo Transbrasiliana e Triunfo Concebra, que impulsionaram o (i) crescimento dos custos com operação e manutenção das rodovias em R\$67,6 milhões no período; (ii) aumento dos custos e despesas com pessoal (+64,8%) e (iii) aumento na rubrica Obrigações da Concessão (+118,5%).

| Custos Operacionais (R\$ mil) | 9M15 | 9M14 | Δ |
|--------------------------------------|--------------------|------------------|--------------|
| Operação e Manutenção das Rodovias | (67.590) | (45.160) | 49,7% |
| Operação Portuária | - | (447) | n/c |
| Comercialização de Energia | (2.995) | (5.866) | -48,9% |
| Custo com Pessoal | (52.912) | (32.116) | 64,8% |
| Obrigações da Concessão | (32.477) | (14.864) | 118,5% |
| Custo com Efeito Caixa | (155.974) | (98.453) | 58,4% |
| Depreciação e Amortização | (175.166) | (146.120) | 19,9% |
| Custo de Construção | (962.374) | (573.979) | 67,7% |
| Custo Operacional Total | (1.293.514) | (818.552) | 58,0% |

| Despesas Operacionais (R\$ mil) | 9M15 | 9M14 | Δ |
|--|------------------|------------------|---------------|
| Despesas Gerais e Administrativas | (40.591) | (41.729) | -2,7% |
| Remuneração dos Administradores | (17.954) | (15.201) | 18,1% |
| Despesas com Pessoal | (40.513) | (28.131) | 44,0% |
| Outras Receitas (Despesas) Administrativas | 1.489 | 39.287 | -96,2% |
| Despesas com Efeito Caixa | (97.569) | (45.774) | 113,2% |
| Depreciação e Amortização | (10.141) | (6.977) | 45,3% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 21.725 | 30.178 | -28,0% |
| Despesa Operacional Total | (85.985) | (22.573) | 280,9% |
| Custo com Efeito Caixa | (155.974) | (98.453) | 58,4% |
| Despesa com Efeito Caixa | (97.569) | (45.774) | 113,2% |
| Custo + Despesa (Caixa) | (253.543) | (144.227) | 75,8% |

LUCRO LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O resultado financeiro totalizou R\$ 366,7 milhões de despesa no 9M15, aumento de 115,5% comparado aos R\$ 170,2 milhões de despesa financeira no 9M14, principalmente em função das novas captações feitas para financiar as obras da Triunfo Concebra, Concer e Triunfo Concebra e da maior variação monetária das operações financeiras atreladas a CDI, IPCA, TJLP e IGPM.

O Lucro Líquido foi de R\$ 8,0 milhões no 9M15 e o Lucro Base Dividendos do período foi de R\$ 40,3 milhões.





| Lucro Líquido (R\$ mil) | 9M15 | 9M14 | Δ |
|--|------------------|------------------|---------------|
| Lucro Operacional | 551.230 | 326.074 | 69,1% |
| Resultado Financeiro | (366.708) | (170.167) | 115,5% |
| Receitas Financeiras | 16.361 | 17.760 | -7,9% |
| Despesas Financeiras | (382.276) | (187.927) | 103,4% |
| Variação Cambial | (793) | - | n/c |
| Resultado Antes dos Impostos | 184.522 | 155.907 | 18,4% |
| Impostos Sobre Lucro | (110.631) | (61.619) | 79,5% |
| Impostos Correntes | (30.686) | (34.339) | -10,6% |
| Impostos Diferidos | (79.945) | (27.280) | 193,1% |
| Lucro (prejuízo) de operações em continuidade | 51.445 | 94.288 | -45,4% |
| Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas | 11.223 | 79.127 | -85,8% |
| Participação de Acionistas Não Controladores | 54.649 | 36.807 | 48,5% |
| Participação de Acionistas Controladores | 8.019 | 136.608 | -94,1% |
| Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício | 62.668 | 173.415 | -63,9% |

| Base de Dividendos (R\$ mil) | 9M15 | 9M14 | Δ |
|---|---------------|----------------|---------------|
| Lucro líquido | 8.019 | 136.608 | -94,1% |
| Parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial | 32.692 | 43.071 | -24,1% |
| Constituição da reserva legal (5%) | (401) | (6.830) | n/c |
| Lucro base de dividendos | 40.310 | 172.849 | -76,7% |

O Lucro Base de Dividendos é calculado ajustando o lucro líquido do período pela realização da reserva de reavaliação e do ajuste de avaliação patrimonial, bem como pela constituição da reserva legal.



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 30 de setembro de 2015 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevó das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 816,7 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Porto Alegre – Guaíba). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 1 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está

Notas Explicativas

previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, nos termos do Contrato de Concessão Edital nº 004/2013 Parte VII. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana"), tem como objeto realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033.

ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito"), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba"), Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi") e Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra") prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas

Notas Explicativas

que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

Em 24 de agosto de 2015, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Ações, vinculando a totalidade das ações da Rio Verde, com a China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (“CTG Brasil”). Em 24 de setembro e 26 de outubro de 2015, a alienação foi aprovada respectivamente pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) sem restrições, porém a conclusão e efetivação da venda ainda estão sujeitas ao cumprimento pelas partes de determinadas condições precedentes previstas no Contrato.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

O Contrato de Compra e Venda de Ações com a CTG Brasil (citado anteriormente), assinado em 24 de agosto de 2015, também vincula a totalidade das ações da Rio Canoas, porém a conclusão e efetivação da venda ainda estão sujeitas ao cumprimento pelas partes de determinadas condições precedentes previstas no Contrato e usuais em negócios dessa natureza.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Canoas na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Tijóá

A Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“Tijóá”) tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP – Cia Energética de São Paulo, então concessionário da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada.

O leilão ocorreu em 28 de março de 2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%) e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (50,1%).

Em 10 de setembro de 2014 a Tijóá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina.

Em agosto de 2014, a Triunfo concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinopla e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijóá.

Outros

Em 30 de setembro de 2015, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$10.307.

Notas Explicativas

iv) *Administração de portos*

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada.

Vetria

Foi celebrado em 25 de março de 2015 o Contrato de Dissociação, visando resolver a associação estratégica que pretendia criar um sistema integrado de mina-ferrovia-porto, através da Vetria Mineração S.A.

O Contrato de Dissociação tem por objetivo regradar as obrigações das partes até que se dê o efetivo desfazimento da associação estratégica, quando a Triunfo e a ALL deixarão de ser acionistas da Vetria, que passará a ser subsidiária integral da Vetorial Participações S.A.

A eficácia do Contrato de Dissociação está condicionada a implementação de algumas condições suspensivas, as quais não ocorreram até 30 de setembro de 2015, além da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que ocorreu em 17 de julho 2015.

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e

Notas Explicativas

operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto, restando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passou a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passou a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas

Notas Explicativas

de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

Em 15 de julho de 2014, a Aeroportos Brasil Viracopos apresentou à ANAC revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em 28 de julho de 2014, a investida recebeu auto de infração da ANAC, sem imputar valores, em que o regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Aeroportos Brasil Viracopos apresentou sua defesa em 18 de agosto de 2014, que está sob análise da ANAC. Até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias, nenhuma penalidade foi imposta à investida.

Em 14 de outubro de 2014 a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos iniciou a operação dos voos comerciais no Novo Terminal de Passageiros. A quantidade de voos internacionais por semana passou de 7 para 38 em dezembro. As obras da primeira fase de ampliação do aeroporto finalizaram em dezembro de 2014 e a transferência dos voos do antigo para o novo terminal ocorrerá de forma gradual até final do segundo semestre de 2015.

b) Eventos relevantes ocorridos no terceiro trimestre de 2015

i) *Reajuste de tarifas – Aeroportos Brasil Viracopos*

Em 14 de julho de 2015, a ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil reajustou os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso e permanência do Aeroporto Internacional de Viracopos. As tarifas de embarque doméstico e internacional sofreram reajuste de 7,5747%, e às tarifas de armazenagem e capatazia, correspondentes aos tetos tarifários máximos constantes das Tabelas 8, 9, 10 e 12, aplica-se um reajuste de 8,8944%, e passam a valer em 30 dias após a aprovação.

ii) *3ª emissão de Notas Promissórias - Concer*

Em 20 de julho de 2015, a controlada Concer concluiu a captação de R\$210,0 milhões, através da 3ª emissão de Notas Promissórias. A emissão será corrigida por CDI mais spread de 2,0% a.a., e os recursos serão utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040.

iii) *Reajuste de tarifas – Concer*

A partir do dia 21 de agosto de 2015, com a publicação da Resolução nº 4.805 do dia 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de agosto de 2015, a tarifa nas praças do trecho rodoviário da Concer passou de R\$9,00 para R\$ 11,20,. O reajuste médio da tarifa é de 24,44%.

Notas Explicativas

iv) Alienação de Ativos – Triunfo

Em 24 de agosto de 2015, a Triunfo assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (“CTG Brasil”), estabelecendo de forma vinculante a venda da totalidade da participação que a Companhia detém em suas controladas do segmento de energia Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”), Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) e TNE – Triunfo Negócios de Energia (“TNE”).

O valor a ser pago pela CTG Brasil nos termos do Contrato de Compra e Venda, para a totalidade das ações da Companhia nas três controladas é de: i) R\$970 milhões no fechamento, sujeito a ajustes usuais nesse tipo de operação, ii) assunção das dívidas brutas de curto e longo prazos destas três controladas, que em 31 de dezembro de 2014 totalizavam R\$770,4 milhões e; iii) potencial pagamento de R\$148,5 milhões, condicionado ao atingimento de determinados eventos.

Em 24 de setembro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a alienação sem restrição, e em 26 de outubro de 2015 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) também aprovou sem restrições a alienação. No entanto, a conclusão e efetivação da venda ainda estão sujeitas ao cumprimento pelas partes de determinadas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, incluindo a aprovação de credores, como o BNDES.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 11 de novembro de 2015.

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2015. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

| Companhias | Controle | 30/09/15 | | 31/12/14 | |
|--|------------------------|------------------|----------|------------------|----------|
| | | Participação (%) | | Participação (%) | |
| | | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer") | Controlada | 62,5 | - | 62,5 | - |
| Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito") | Controlada | 62,5 | - | 62,5 | - |
| Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("TriunfoConvale") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra") | Controlada | 100,0 | - | - | - |
| Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Parnaíba") | Controlada | 100,0 | - | - | - |
| BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (v) | Controlada | - | 100,0 | - | - |
| Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (vi) | Controlada | - | 100,0 | - | - |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") | Controlada | 52,5 | - | 52,5 | - |
| Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") | Controlada em conjunto | 33,3 | 16,7 | 33,3 | 16,7 |
| Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i) | Controlada em conjunto | - | 50,0 | - | 50,0 |
| Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i) | Controlada em conjunto | - | 50,0 | - | 50,0 |
| Vetria Mineração S.A. ("Vetria") | Controlada em conjunto | - | 15,8 | - | 15,8 |
| TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii) | Controlada em conjunto | - | 15,8 | - | 15,8 |
| Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii) | Controlada em conjunto | - | 15,8 | - | 15,8 |
| TPI-Log S.A. ("TPI-Log") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Portonave S.A. - Terminais Portuários ("Portonave") | Controlada | - | - | 100,0 | - |
| Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Tucano Energia S.A. ("Tucano") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Retirinho Energia S.A. ("Retirinho") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Guariroba Energia S.A. ("Guariroba") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Estrela Energia S.A. ("Estrela") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Taboca Energia S.A. ("Taboca") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Anddis Participações e Investimentos Ltda ("Anddis") | Controlada | - | - | 100,0 | - |
| Dable Participações Ltda ("Dable") (v) | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Aeroportos Brasil S.A. ("AB") | Controlada em conjunto | 45,0 | - | 45,0 | - |
| Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV") | Controlada em conjunto | - | 22,9 | - | 22,9 |
| Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (vii) | Controlada em conjunto | - | 22,9 | - | 22,9 |
| Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iii) | Controlada em conjunto | - | 50,1 | - | 50,1 |
| Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iii) | Controlada em conjunto | - | 50,1 | - | 50,1 |
| Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística ("Vessel") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Maestra Shipping LLP ("LLP") (iv) | Controlada | - | 100,0 | - | 100,0 |
| Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT") | Controlada | 64,0 | - | 64,0 | - |
| Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip") | Controlada em conjunto | 50,0 | - | 50,0 | - |
| ACT Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("ACT") | Controlada em conjunto | - | - | 50,0 | - |
| Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva") | Controlada | 100,0 | - | 100,0 | - |

- (i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.
- (ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.
- (iii) A controlada FIP Constantinopla detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.
- (iv) A controlada Vessel detém 100,0% de participação na controlada LLP.
- (v) A controlada Dable detém 100,0% de participação na controlada BRVias Holding TBR.
- (vi) A controlada BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.
- (vii) A controlada em conjunto ABV detém 100,0% de participação na Viracopos Estacionamentos.

Notas Explicativas

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 30 de setembro de 2015 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

| | <u>Econorte</u> | <u>Rio Tibaqi</u> | <u>Concepa</u> | <u>Rio Guaíba</u> | <u>Concer</u> | <u>Rio Bonito</u> | <u>Concebra</u> | <u>Rio Parnaíba</u> |
|---|-----------------|-------------------|----------------|-------------------|---------------|-------------------|-----------------|---------------------|
| Ativo circulante | 82.683 | 3.010 | 351.657 | 6.542 | 485.913 | 17.699 | 33.107 | 821 |
| Ativo não circulante | 360.175 | 21.389 | 202.926 | 32.767 | 810.017 | 3.672 | 1.285.021 | 55.378 |
| Total do ativo | 442.858 | 24.399 | 554.583 | 39.309 | 1.295.930 | 21.371 | 1.318.128 | 56.199 |
| Passivo circulante | 70.760 | 22.189 | 345.350 | 18.830 | 662.721 | 5.755 | 818.593 | 51.853 |
| Passivo não circulante | 294.620 | 30 | 59.778 | - | 330.260 | 387 | 89.588 | 5.377 |
| Patrimônio líquido | 77.478 | 2.180 | 149.455 | 20.479 | 302.949 | 15.229 | 409.947 | (1.031) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 442.858 | 24.399 | 554.583 | 39.309 | 1.295.930 | 21.371 | 1.318.128 | 56.199 |
| Receita operacional líquida | 153.837 | 46.558 | 387.737 | 34.406 | 685.136 | 41.401 | 597.832 | - |
| Custo dos serviços prestados | (114.119) | (23.185) | (261.309) | (10.844) | (391.632) | (15.184) | (546.503) | - |
| Lucro bruto | 39.718 | 23.373 | 126.428 | 23.562 | 293.504 | 26.217 | 51.329 | - |
| Despesas operacionais, líquidas | (11.254) | (3.640) | (11.167) | (2.248) | (20.030) | (1.656) | (16.975) | (2.475) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | 28.464 | 19.733 | 115.261 | 21.314 | 273.474 | 24.561 | 34.354 | (2.475) |
| Resultado financeiro, líquido | (31.674) | 847 | (35.281) | (32) | (86.916) | (107) | (2.611) | 3.275 |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro | (3.210) | 20.580 | 79.980 | 21.282 | 186.558 | 24.454 | 31.743 | 800 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | |
| Correntes | (4.121) | (2.735) | (8.825) | (1.368) | - | (1.525) | (8.977) | - |
| Diferidos | 5.702 | - | (16.701) | - | (63.752) | - | (1.798) | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | (1.629) | 17.845 | 54.454 | 19.914 | 122.806 | 22.929 | 20.968 | 800 |

| | <u>Maestra</u> | <u>NTL</u> | <u>Vessel</u> | <u>Convale</u> | <u>Rio Paraíba</u> | <u>Ecovale</u> | <u>Transbrasiliiana</u> | <u>BRVias Holding TBR</u> | <u>Dable</u> |
|---|----------------|------------|---------------|----------------|--------------------|----------------|-------------------------|---------------------------|--------------|
| Ativo circulante | 9.396 | 8.550 | 8.138 | 51 | - | - | 26.238 | 233 | 1 |
| Ativo não circulante | 6.962 | 76.455 | 103.869 | 14.760 | - | - | 482.670 | 133.457 | 20.014 |
| Total do ativo | 16.358 | 85.005 | 112.007 | 14.811 | - | - | 508.908 | 133.690 | 20.015 |
| Passivo circulante | 163.062 | 24.407 | 173.513 | 2 | 401 | - | 164.969 | 19.435 | - |
| Passivo não circulante | 15.354 | 3.348 | 2.698 | - | - | - | 210.482 | 58.678 | - |
| Patrimônio líquido | (162.058) | 57.250 | (64.204) | 14.809 | (401) | - | 133.457 | 55.577 | 20.015 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 16.358 | 85.005 | 112.007 | 14.811 | - | - | 508.908 | 133.690 | 20.015 |
| Receita operacional líquida | 40.956 | - | - | - | - | - | 108.533 | - | - |
| Custo dos serviços prestados | (17.660) | - | - | - | - | - | (83.511) | - | - |
| Lucro bruto | 23.296 | - | - | - | - | - | 25.022 | - | - |
| Receitas (despesas) operacionais | (2.132) | (7.722) | (4.000) | (138) | - | - | 8.045 | 7.817 | (2.368) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | 21.164 | (7.722) | (4.000) | (138) | - | - | 33.067 | 7.817 | (2.368) |
| Resultado financeiro, líquido | (14.324) | (2.737) | (14.709) | - | - | - | (22.076) | (10.183) | - |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro | 6.840 | (10.459) | (18.708) | (138) | - | - | 10.991 | (2.366) | (2.368) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | | |
| Correntes | (1.610) | - | - | - | - | - | (395) | - | - |
| Diferidos | (698) | - | - | - | - | - | (2.698) | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 4.532 | (10.459) | (18.709) | (138) | - | - | 7.898 | (2.366) | (2.368) |

Notas Explicativas**b) Segmento portuário**

| | <u>Portonave</u> | <u>Iceport</u> | <u>Teconnave</u> | <u>Vetria</u> |
|---|------------------|----------------|------------------|---------------|
| Ativo circulante | 70.347 | 7.456 | 1.231 | 100.089 |
| Ativo não circulante | 1.560.654 | 10.149 | 9.715 | 198.050 |
| Total do ativo | 1.631.001 | 17.605 | 10.946 | 298.139 |
| Passivo circulante | 88.904 | 2.171 | 2.168 | 206.146 |
| Passivo não circulante (i) | 806.822 | 17.900 | 21 | - |
| Patrimônio líquido (i) | 735.275 | (2.466) | 8.757 | 91.993 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 1.631.001 | 17.605 | 10.946 | 298.139 |
| Receita operacional líquida | 255.707 | 16.052 | 22.405 | - |
| Custo dos serviços prestados | (148.130) | (13.154) | (7.872) | - |
| Lucro bruto | 107.577 | 2.898 | 14.533 | - |
| Receitas (despesas) operacionais | (20.143) | (997) | (3.722) | 18.977 |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | 87.434 | 1.901 | 10.811 | 18.977 |
| Resultado financeiro, líquido | (55.405) | 236 | (81) | (4.982) |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro | 32.029 | 2.137 | 10.730 | 13.995 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Correntes | (20.320) | (422) | (2.573) | - |
| Diferidos | 12.750 | (192) | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 24.459 | 1.523 | 8.157 | 13.995 |

| | <u>TPB</u> | <u>TPI - Log</u> | <u>Santa Cruz</u> | <u>Terlip</u> |
|---|------------|------------------|-------------------|---------------|
| Ativo circulante | - | 35.261 | - | 26.630 |
| Ativo não circulante | 70.852 | 118.841 | 20.792 | 1.637 |
| Total do ativo | 70.852 | 154.102 | 20.792 | 28.267 |
| Passivo circulante | - | 9.559 | - | 130 |
| Passivo não circulante (i) | - | - | - | - |
| Patrimônio líquido (i) | 70.852 | 144.543 | 20.792 | 28.137 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 70.852 | 154.102 | 20.792 | 28.267 |
| Receita operacional líquida | - | - | - | - |
| Custo dos serviços prestados | - | - | - | - |
| Lucro bruto | - | - | - | - |
| Despesas operacionais, líquidas | - | 5.762 | (19) | (78) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | - | 5.762 | (19) | (78) |
| Resultado financeiro, líquido | - | - | - | (3) |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro | - | 5.762 | (19) | (81) |
| Correntes | - | - | - | - |
| Diferidos | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | - | 5.762 | (19) | (81) |

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, TPB e Terlip não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Notas Explicativas**c) Energia e outros**

| | <u>Rio Verde</u> | <u>Rio Canoas</u> | <u>Rio Claro</u> | <u>TNE</u> | <u>Tucano</u> | <u>Retirinho</u> |
|---|------------------|-------------------|------------------|------------|---------------|------------------|
| Ativo circulante | 33.551 | 48.621 | 2.989 | 50.514 | - | - |
| Ativo não circulante | 512.337 | 1.069.887 | 9.839 | 48.006 | 8.892 | 2.674 |
| Total do ativo | 545.888 | 1.118.508 | 12.828 | 98.520 | 8.892 | 2.674 |
| Passivo circulante | 37.881 | 148.553 | 1.132 | 29.578 | 1 | 1 |
| Passivo não circulante (i) | 271.427 | 502.854 | - | 14.635 | - | - |
| Patrimônio líquido (i) | 236.580 | 467.101 | 11.696 | 54.307 | 8.891 | 2.673 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 545.888 | 1.118.508 | 12.828 | 98.520 | 8.892 | 2.674 |
| Receita operacional líquida | 89.774 | 114.905 | 9.792 | 67.901 | - | - |
| Custos dos serviços prestados | (61.986) | (83.080) | (4.956) | (67.896) | - | - |
| Lucro bruto | 27.788 | 31.825 | 4.836 | 5 | - | - |
| Despesas operacionais, líquidas (ii) | (5.046) | (4.683) | (1.400) | (633) | (23) | (25) |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro | 22.742 | 27.142 | 3.436 | (628) | (23) | (25) |
| Resultado financeiro, líquido | (6.529) | (39.356) | (2) | (8.333) | - | - |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro | 16.213 | (12.214) | 3.434 | (8.961) | (23) | (25) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | |
| Correntes | (9.348) | 1.840 | (1.130) | - | - | - |
| Diferidos | 1.247 | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 8.112 | (10.374) | 2.304 | (8.961) | (23) | (25) |

| | <u>Guariroba</u> | <u>Estrela</u> | <u>Taboca</u> | <u>FIP Constantinopla</u> | <u>Tijóá</u> | <u>CSE</u> |
|---|------------------|----------------|---------------|-------------------------------|--------------|------------|
| Ativo circulante | - | - | - | 6 | 37.958 | 3.974 |
| Ativo não circulante | 2.865 | 2.755 | 4.263 | 15.729 | 2.153 | 868 |
| Total do ativo | 2.865 | 2.755 | 4.263 | 15.735 | 40.111 | 4.842 |
| Passivo circulante | 1 | 1 | - | 127 | 11.743 | 1.814 |
| Passivo não circulante (i) | - | - | - | - | - | - |
| Patrimônio líquido (i) | 2.864 | 2.754 | 4.263 | 15.608 | 28.368 | 3.028 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 2.865 | 2.755 | 4.263 | 15.735 | 40.111 | 4.842 |
| Receita operacional líquida | - | - | - | - | 69.149 | 4.379 |
| Custos dos serviços prestados | - | - | - | - | (56.648) | (4.613) |
| Lucro bruto | - | - | - | - | 12.501 | (234) |
| Despesas operacionais, líquidas (ii) | (85) | (76) | (69) | 6.467 | 6.058 | (843) |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro | (85) | (76) | (69) | 6.467 | 18.559 | (1.077) |
| Resultado financeiro, líquido | - | - | - | - | 1.006 | 198 |
| Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro | (85) | (76) | (69) | 6.467 | 19.565 | (879) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | |
| Correntes | - | - | - | - | (3.861) | - |
| Diferidos | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (Prejuízo) do período | (85) | (76) | (69) | 6.467 | 15.704 | (879) |

Notas Explicativas

| | <u>Rio</u> | | | | | | | |
|---|----------------|-------------|-------------|--------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------|
| | <u>Dourado</u> | <u>Juno</u> | <u>ATTI</u> | <u>Venus</u> | <u>Mercurio</u> | <u>Netuno</u> | <u>Minerva</u> | <u>Trevally</u> |
| Ativo circulante | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Ativo não circulante | - | - | 131 | - | - | - | - | - |
| Total do ativo | - | - | 131 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Passivo circulante | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Passivo não circulante (i) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Patrimônio líquido (i) | - | - | 131 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | - | - | 131 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Receita operacional líquida | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Custo dos serviços prestados | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro bruto | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas operacionais, líquidas (ii) | - | (6) | - | (5) | (5) | (1) | (5) | - |
| Prejuízo antes do resultado financeiro | - | (6) | - | (5) | (5) | (1) | (5) | - |
| Resultado financeiro, líquido | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro | - | (6) | - | (5) | (5) | (1) | (5) | - |
| Prejuízo do período | - | (6) | - | (5) | (5) | (1) | (5) | - |

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

As companhias Tijoá e CSE não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Notas Explicativas**d) Administração de aeroportos**

| | <u>A. Brasil</u> | <u>A.B. Viracopos</u> | <u>Viracopos Estacionamento</u> |
|--|------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| Ativo circulante | 2.412 | 298.978 | 4.900 |
| Ativo não circulante | 772.864 | 6.539.521 | 285 |
| Total do ativo | <u>775.276</u> | <u>6.838.499</u> | <u>5.185</u> |
| Passivo circulante | 20.436 | 554.162 | 5.036 |
| Passivo não circulante (i) | 128.991 | 4.773.879 | 510 |
| Patrimônio líquido (i) | 625.849 | 1.510.458 | (361) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | <u>775.276</u> | <u>6.838.499</u> | <u>5.185</u> |
| Receita operacional líquida | - | 612.715 | 11.445 |
| Custo dos serviços prestados | - | (516.574) | (11.790) |
| Lucro bruto | <u>-</u> | <u>96.141</u> | <u>(345)</u> |
| Despesas operacionais, líquidas | 6.450 | (48.074) | (19) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | <u>6.450</u> | <u>48.067</u> | <u>(364)</u> |
| Resultado financeiro, líquido | (4.778) | (27.517) | (300) |
| Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro | <u>1.672</u> | <u>20.550</u> | <u>(664)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Correntes | (719) | - | - |
| Diferidos | 2.522 | (6.987) | 226 |
| Lucro líquido do período | <u>3.475</u> | <u>13.563</u> | <u>(438)</u> |

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos e Viracopos Estacionamentos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social e as demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições específicas estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

Notas Explicativas

2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

| | Patrimônio Líquido | | Lucro líquido | |
|--|--------------------|-----------|---------------|-----------------------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 | 30/09/15 | 30/09/14 (Reapresentado) |
| Controladora | 1.291.785 | 1.315.140 | 8.019 | 136.608 |
| Participação de acionistas não controladores | 119.314 | 118.676 | 54.649 | 36.807 |
| Consolidado | 1.411.099 | 1.433.816 | 62.668 | 173.415 |

3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis até o terceiro trimestre de 2015.

3.1. Reapresentação dos saldos comparativos

A controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. está reapresentando em 30 de setembro de 2015 suas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2014 para refletir a mudança de prática contábil adotada para o registro de capitalização da atualização monetária sobre a outorga desde o início da concessão em 2012. Desta forma a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos alterou os critérios dos registros contábeis e ajustou os cálculos referentes a recomposição da atualização ao valor presente e atualização pelo índice IPCA da outorga, cujos efeitos devem ser reconhecidos desde o início da concessão. Portanto as demonstrações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2014 estão sendo reapresentadas de forma comparativa e adotando a capitalização parcial da correção monetária e da recomposição do ajuste a valor presente.

O efeito da referida mudança na controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos foi a contabilização parcial da correção monetária e da recomposição do AVP contra o ativo intangível Outorga que representa o passivo relativo ao compromisso com o poder concedente reconhecido pelo direito de exploração da atividade aeroportuária.

Com objetivo de refletir estas alterações nas datas de 30 de setembro de 2014, para fins de comparabilidade do seu resultado, a Companhia está reapresentando os saldos das respectivas demonstrações com os efeitos do reconhecimento do resultado de equivalência na investida Aeroportos Brasil Viracopos.

Notas Explicativas**Demonstrações do resultado do período findo em 30 de setembro de 2014, reapresentadas:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|-------------------------|---------------|--------------------------|-------------------------|---------------|--------------------------|
| | Originalmente divulgado | Ajustes | Reapresentado 30/09/2014 | Originalmente divulgado | Ajustes | Reapresentado 30/09/2014 |
| Receita operacional líquida | - | - | - | 1.167.199 | - | 1.167.199 |
| Custos dos serviços prestados | - | - | - | (818.552) | - | (818.552) |
| Lucro Bruto | - | - | - | 348.647 | - | 348.647 |
| Receitas (Despesas) operacionais | 5.767 | - | 5.767 | (52.751) | - | (52.751) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 220.195 | 25.493 | 245.688 | 4.685 | 25.493 | 30.178 |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | 225.962 | 25.493 | 251.455 | 300.581 | 25.493 | 326.074 |
| Resultado Financeiro | (114.847) | - | (114.847) | (170.167) | - | (170.167) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 111.115 | 25.493 | 136.608 | 130.414 | 25.493 | 155.907 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | - | (61.619) | - | (61.619) |
| Lucro líquido das operações em continuidade | 111.115 | 25.493 | 136.608 | 68.795 | 25.493 | 94.288 |
| Lucro líquido de operações descontinuadas | - | - | - | 79.127 | - | 79.127 |
| Lucro líquido do período | 111.115 | 25.493 | 136.608 | 147.922 | 25.493 | 173.415 |
| Atribuição aos: | | | | | | |
| Acionistas controladores | 111.115 | 25.493 | 136.608 | 111.115 | 25.493 | 136.608 |
| Acionistas não controladores | - | - | - | 36.807 | - | 36.807 |

Demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 30 de setembro de 2014, reapresentadas:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|-------------------------|----------|--------------------------|-------------------------|----------|--------------------------|
| | Originalmente divulgado | Ajustes | Reapresentado 30/09/2014 | Originalmente divulgado | Ajustes | Reapresentado 30/09/2014 |
| Lucro líquido do período | 111.115 | 25.493 | 136.608 | 111.115 | 25.493 | 136.608 |
| Ajustes para conciliar o resultado | | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (220.195) | (25.493) | (245.688) | (4.685) | (25.493) | (30.178) |
| Outros ajustes de conciliação de resultado | 103.781 | - | 103.781 | 318.497 | - | 318.497 |
| Variações nos ativos e passivos | (4.511) | - | (4.511) | (221.451) | - | (221.451) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | (9.810) | - | (9.810) | 203.476 | - | 203.476 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (186.338) | - | (186.338) | (632.607) | - | (632.607) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | 162.203 | - | 162.203 | 630.483 | - | 630.483 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | (33.945) | - | (33.945) | 201.352 | - | 201.352 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | |
| No início do período | 36.108 | - | 36.108 | 50.668 | - | 50.668 |
| No fim do período | 2.163 | - | 2.163 | 252.020 | - | 252.020 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | (33.945) | - | (33.945) | 201.352 | - | 201.352 |

Notas Explicativas

Demonstrações dos valores adicionados do período findo em 30 de setembro de 2014, reapresentadas:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|-------------------------|---------------|--------------------------|-------------------------|---------------|--------------------------|
| | Originalmente divulgado | Ajustes | Reapresentado 30/09/2014 | Originalmente divulgado | Ajustes | Reapresentado 30/09/2014 |
| Receitas | 77.591 | - | 77.591 | 1.304.902 | - | 1.304.902 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (10.674) | - | (10.674) | (661.180) | - | (661.180) |
| Valor adicionado bruto | 66.917 | - | 66.917 | 643.722 | - | 643.722 |
| Retenções | (2.452) | - | (2.452) | (153.097) | - | (153.097) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 64.465 | - | 64.465 | 490.625 | - | 490.625 |
| Valor adicionado líquido recebido em transferência | | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 220.195 | 25.493 | 245.688 | 4.685 | 25.493 | 30.178 |
| Receitas financeiras | 6.272 | - | 6.272 | 17.760 | - | 17.760 |
| Valor adicionado total a distribuir | 290.932 | 25.493 | 316.425 | 513.070 | 25.493 | 538.563 |
| Distribuição do valor adicionado | 290.932 | 25.493 | 316.425 | 513.070 | 25.493 | 538.563 |
| Pessoal e encargos | 13.405 | - | 13.405 | 65.903 | - | 65.903 |
| Impostos, taxas e contribuições | 1.876 | - | 1.876 | 125.975 | - | 125.975 |
| Remuneração do capital de terceiros | 121.465 | - | 121.465 | 209.326 | - | 209.326 |
| Remuneração do poder concedente | - | - | - | - | - | - |
| Lucros de operações descontinuadas | - | - | - | (79.127) | - | (79.127) |
| Lucros retidos do período | 154.186 | 25.493 | 179.679 | 154.186 | 25.493 | 179.679 |
| Participação de acionistas não controladores | - | - | - | 36.807 | - | 36.807 |

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|----------------|----------|----------------|----------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Disponibilidades | 98.025 | 92.144 | 143.408 | 157.548 |
| Aplicações financeiras | 14.249 | - | 21.465 | 30.661 |
| | 112.274 | 92.144 | 164.873 | 188.209 |

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme nota explicativa nº 18. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

A controlada Transbrasileira mantém aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES.

Notas Explicativas

Os saldos apresentados são os seguintes:

| | Consolidado | |
|---------------------------|--------------------|-----------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Transbrasiliana | 6.731 | - |
| Econorte | 36.389 | 68 |
| | 43.120 | 68 |
| Parcela do circulante | 43.052 | - |
| Parcela do não circulante | 68 | 68 |

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6. Contas a receber

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-----------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Pedágio (cartão e vale-pedágio) | 64.098 | 50.798 |
| Serviços de energia | - | 4.763 |
| Outras contas a receber | 6.368 | 13.939 |
| | 70.466 | 69.500 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (6.190) | (6.190) |
| | 64.276 | 63.310 |
| Ativo circulante | 57.274 | 56.308 |
| Ativo não circulante | 7.002 | 7.002 |

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

| | 30/09/15 | 31/12/14 |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|
| A vencer | 64.276 | 63.310 |
| Vencidos há mais de 90 dias | 6.190 | 6.190 |
| | 70.466 | 69.500 |

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | 30/09/15 | 31/12/14 |
|----------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldo no início do período | (6.190) | (1.752) |
| Adições | - | (4.438) |
| Baixas | - | - |
| Saldo no final do período | (6.190) | (6.190) |

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no período.

Notas Explicativas

7. Contas a receber – Ativo Financeiro

| | Consolidado | |
|---------|----------------|----------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Concepa | 279.698 | 99.266 |
| Concer | 437.522 | 259.867 |
| | 717.220 | 359.133 |

Referem-se aos ativos financeiros das concessões rodoviárias Concepa e Concer, oriundos de aditivos dos contratos de concessão.

A Concer assinou, em abril de 2014, o 12º Termo Aditivo que prevê aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER).

A Concepa, em 16 de abril de 2014, recebeu a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sua agência reguladora, para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra prevê alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

8. Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ | 6.023 | 6.554 | 22.691 | 10.552 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL | - | - | 6.133 | 215 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF | 3.163 | 5.713 | 14.951 | 11.802 |
| Programa de Integração Social – PIS | - | - | 1.716 | 1.655 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins | - | - | 7.885 | 7.611 |
| Instituto Nacional do Seguro Social – INSS | - | - | 4.699 | 3.720 |
| Outros | - | - | 2.052 | 408 |
| | 9.186 | 12.267 | 60.127 | 35.963 |
| Parcela do circulante | 9.186 | 12.267 | 57.100 | 32.973 |
| Parcela do não circulante | - | - | 3.027 | 2.990 |

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real. Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

| | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 |
| <u>Prejuízo Fiscal e base negativa:</u> | | |
| Imposto de renda diferido | 98.801 | 90.884 |
| Contribuição social diferida | 35.648 | 32.658 |
| <u>Diferenças Temporárias:</u> | | |
| Imposto de renda diferido | 14.191 | 7.859 |
| Contribuição social diferida | 4.970 | 2.830 |
| | 153.610 | 134.231 |
| IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (i) | 27.458 | - |
| | 181.060 | 134.231 |

- (i) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo dos ativos da Transbrasiliana. Vide maiores informações na Nota 36.

Notas Explicativas

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações nas controladas Concebra, Concepa e Econorte, provisões para contingências e perdas com instrumentos financeiros derivativos.

As controladas Maestra, NTL e Vessel possuem saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável é:

| Consolidado | |
|----------------------------------|-----------------------|
| Exercício a findar-se em: | |
| 2015 | 13.483 |
| 2016 | 19.309 |
| 2017 | 8.810 |
| 2018 | 2.453 |
| A partir de 2019 | 109.555 |
| | <u>153.610</u> |

Notas Explicativas**10. Participações a comercializar e operações descontinuadas**Ativo mantido para venda

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 30 de setembro de 2015 os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas, encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$236.580 (R\$234.451 em 31 de dezembro de 2014), e Rio Canoas no montante de R\$467.101 (R\$426.414 em 31 de dezembro de 2014), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Conforme descrito na nota explicativa nº1 b) iv), em 24 de agosto de 2015, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a CTG Brasil, vinculando a venda da totalidade da participação da Companhia em suas controladas Rio Verde, Rio Canoas e TNE – Triunfo Negócios de Energia. Desta forma, os investimentos da controlada TNE, que não se encontrava destinada a venda até aquele momento, também passaram a ser tratados de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

Os investimentos serão mantidos como “Participações a comercializar” até a conclusão e efetivação da venda, que ainda estão sujeitas ao cumprimento pelas partes de determinadas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

| | Participação (%) | Participações a comercializar | |
|---------------------------------|------------------|-------------------------------|----------|
| | | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Capital Social | 100 | 130.000 | 130.000 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 100 | 76.575 | 79.201 |
| Reserva de Lucros | 100 | 30.005 | 25.250 |
| Total Rio Verde | | 236.580 | 234.451 |
| Capital Social | 100 | 352.768 | 301.707 |
| Reserva de Lucros | 100 | 106.337 | 116.711 |
| Reserva Legal | 100 | 7.996 | 7.996 |
| Total Rio Canoas | | 467.101 | 426.414 |
| Capital Social | 100 | 63.822 | - |
| Lucros e Prejuízos Acumulados | 100 | (9.515) | - |
| Total TNE | | 54.307 | - |
| Total | | 757.988 | 660.865 |

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R\$8.112, na Rio Canoas foi de R\$(10.374) e na TNE foi de R\$(8.961).

Notas Explicativas

| Balancos Patrimoniais de operações destinadas a venda | 30/09/2015 | | | | 31/12/2014 |
|--|-------------------|-------------------|---------------|------------------|-------------------|
| | Rio Verde | Rio Canoas | TNE | Combinado | Combinado |
| Ativo | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.143 | 2.407 | 10 | 7.560 | 8.515 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 12.091 | 31.303 | - | 43.394 | 12.871 |
| Contas a receber | 11.746 | 8.342 | 295 | 20.383 | 11.198 |
| Impostos a recuperar | 3.249 | 5.329 | 455 | 9.033 | 3.284 |
| Contas a receber partes relacionadas | - | 293 | 49.754 | 50.047 | 12.036 |
| Despesas antecipadas | 1.293 | 912 | - | 2.205 | 1.507 |
| Outros créditos | 29 | 35 | - | 64 | 12 |
| | 33.551 | 48.621 | 50.514 | 132.686 | 49.423 |
| Ativo não circulante | | | | | |
| Contas a receber de partes relacionadas | - | - | 48.000 | 48.000 | 3.491 |
| Créditos tributários diferidos | 3.385 | - | - | 3.385 | - |
| Outros créditos | 612 | - | - | 612 | 566 |
| Imobilizado | 508.243 | 1.069.228 | 6 | 1.577.477 | 1.621.407 |
| Intangível | 97 | 659 | - | 756 | 909 |
| | 512.337 | 1.069.887 | 48.006 | 1.630.230 | 1.626.373 |
| Total do ativo | 545.888 | 1.118.508 | 98.520 | 1.762.916 | 1.675.796 |
| Passivo | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | |
| Fornecedores | 2.002 | 3.750 | - | 5.752 | 8.408 |
| Empréstimos e financiamentos | 19.073 | 26.933 | 29.285 | 75.291 | 31.822 |
| Debêntures | - | 12.560 | - | 12.560 | 24.611 |
| Obrigações Contrato de Concessão | 3.516 | 3.168 | - | 6.684 | 5.703 |
| Salários e encargos sociais | 657 | 757 | - | 1.414 | 1.282 |
| Obrigações fiscais | 11.465 | 322 | - | 11.787 | 5.994 |
| Adiantamento de clientes | - | - | - | - | - |
| Contas a pagar partes relacionadas | 1.168 | 97.889 | 293 | 99.350 | 82.615 |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar | - | - | - | - | 43.341 |
| Arrendamento mercantil | - | 21 | - | 21 | 85 |
| Outras obrigações | - | 3.153 | - | 3.153 | 10.984 |
| | 37.881 | 148.553 | 29.578 | 216.012 | 214.845 |
| Passivo não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 221.423 | 396.031 | 14.635 | 632.089 | 637.394 |
| Debêntures | - | 89.696 | - | 89.696 | 76.473 |
| Obrigações fiscais | 2.574 | - | - | 2.574 | - |
| Provisão para contingências | 7.982 | 14.927 | - | 22.909 | 8.465 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 39.448 | - | - | 39.448 | 40.800 |
| Contas a pagar – partes relacionadas | - | - | - | - | 34.754 |
| Outras obrigações | - | 2.200 | - | 2.200 | 2.200 |
| | 271.427 | 502.854 | 14.635 | 788.916 | 800.086 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 130.000 | 352.768 | 63.822 | 546.590 | 431.707 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | - | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 76.575 | - | - | 76.575 | 79.201 |
| Reserva legal | 3.117 | 7.996 | - | 11.113 | 7.996 |
| Reserva de lucros | 26.888 | 106.337 | - | 133.225 | 141.961 |
| Lucros e prejuízos acumulados | - | - | (9.515) | (9.515) | - |
| Total do patrimônio líquido | 236.580 | 467.101 | 54.307 | 757.988 | 660.865 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 545.888 | 1.118.508 | 98.520 | 1.762.916 | 1.675.796 |

Notas Explicativas

| <u>Demonstrações do resultado de operações destinadas a venda</u> | 30/09/2015 | | | | 30/09/2014 |
|--|-------------------|-------------------|------------|------------------|-------------------|
| | Rio Verde | Rio Canoas | TNE | Combinado | Combinado |
| Receita operacional líquida | 89.774 | 114.905 | 67.901 | 272.580 | 359.985 |
| Custos operacionais | | | | | |
| Operação de energia | (34.969) | (43.395) | (67.896) | (146.260) | (75.143) |
| Custo com pessoal | (100) | (449) | - | (549) | (1.363) |
| Depreciação | (12.114) | (26.520) | - | (38.634) | (25.808) |
| Depreciação mais valia do imobilizado | (5.109) | - | - | (5.109) | (5.108) |
| Amortização do intangível (custo) | - | (143) | - | (143) | - |
| Obrigações da Concessão | (9.694) | (12.573) | - | (22.267) | (18.653) |
| Total dos custos operacionais | (61.986) | (83.080) | (67.896) | (212.962) | (126.075) |
| Lucro operacional bruto | 27.788 | 31.825 | 5 | 59.618 | 233.910 |
| Despesas operacionais, líquidas | | | | | |
| Salários e encargos sociais | (1.091) | (821) | - | (1.912) | (1.645) |
| Administradores | (783) | (1.206) | - | (1.989) | (1.638) |
| Administrativas | (2.477) | (2.182) | (632) | (5.291) | (11.331) |
| Depreciação do imobilizado | (75) | (208) | (1) | (284) | (540) |
| Amortização do intangível | (49) | (9) | - | (58) | (9) |
| Outras receitas e despesas | (571) | (257) | - | (828) | (2.481) |
| Total das despesas operacionais, líquidas | (5.046) | (4.683) | (633) | (10.362) | (17.644) |
| Lucro operacional, antes do resultado financeiro | 22.742 | 27.142 | (628) | 49.256 | 216.266 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 1.108 | 1.520 | 504 | 3.132 | 1.440 |
| Despesas financeiras | (7.637) | (40.876) | (8.837) | (57.350) | (49.223) |
| Variação cambial | - | - | - | - | - |
| Total do resultado financeiro | (6.529) | (39.356) | (8.333) | (54.218) | (47.783) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e contribuição social | 16.213 | (12.214) | (8.961) | (4.962) | 168.483 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (9.348) | 1.840 | - | (7.508) | (13.918) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.247 | - | - | 1.247 | 1.247 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 8.112 | (10.374) | (8.961) | (11.223) | 155.812 |

Notas Explicativas

| Fluxos de Caixa de operações destinadas a venda | 30/09/2015 | | | | 30/09/2014 |
|---|-------------------|-------------------|------------|------------------|-------------------|
| | Rio Verde | Rio Canoas | TNE | Combinado | Combinado |
| Atividades operacionais | | | | | |
| Lucro (prejuízo) líquido do período | 8.112 | (10.374) | (8.961) | (11.223) | 155.812 |
| Ajustes por itens que não afetam o caixa | | | | | |
| Depreciação e amortização | 17.347 | 26.880 | 1 | 44.228 | 31.465 |
| Provisão para contingência | 7.893 | 6.551 | - | 14.444 | - |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 14.595 | 40.054 | (6.975) | 47.674 | 48.483 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (1.247) | - | - | (1.247) | (1.247) |
| Baixa de bens do imobilizado | 248 | 12 | - | 260 | 40 |
| Variação nos ativos e passivos | | | | | |
| Contas a receber de clientes | (882) | (8.008) | 4.468 | (4.422) | 25.736 |
| Contas a pagar | (4.977) | 2.321 | 22.393 | 19.737 | - |
| Contas a receber de partes relacionadas | 5.789 | 5.955 | (12.316) | (572) | (2.806) |
| Impostos a recuperar | (390) | (4.904) | (125) | (5.419) | 6.310 |
| Despesas antecipadas e outros valores a receber | - | - | - | - | - |
| Outras variações no ativo | (501) | (272) | - | (773) | 1.135 |
| Fornecedores | - | - | - | - | 15.634 |
| Obrigações sociais | 153 | - | (37) | 116 | 918 |
| Obrigações fiscais | (3.646) | - | (18) | (3.664) | (5.728) |
| Contas a pagar de partes relacionadas | (1.672) | (7.493) | (4.470) | (13.635) | - |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 9.348 | - | - | 9.348 | 411 |
| Outras obrigações | (3.641) | (680) | (936) | (5.257) | (30) |
| Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais | 46.529 | 50.042 | (6.976) | 89.595 | 276.133 |
| Atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisição de bens do imobilizado | (230) | (168) | - | (398) | (13.915) |
| Aquisição de bens do intangível | - | - | - | - | (28) |
| Aplicação financeira | (577) | (29.946) | - | (30.523) | - |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (807) | (30.114) | - | (30.921) | (13.943) |
| Atividades de financiamento | | | | | |
| Integralização de capital com AFAC | - | - | 26.406 | 26.406 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 15.852 | - | 15.852 | (100.000) |
| Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - | 50.895 | 50.895 | - |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | (30.625) | (28.580) | - | (59.205) | (29.384) |
| Venda antecipada de energia | - | (9.147) | (70.343) | (79.490) | (114.696) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | (14.115) | - | - | (14.115) | (9.960) |
| Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos | (44.740) | (21.875) | 6.958 | (59.657) | (254.040) |
| Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa | 982 | (1.947) | (18) | (983) | 8.150 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 4.161 | 4.354 | 28 | 8.543 | 733 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 5.143 | 2.407 | 10 | 7.560 | 8.883 |

Notas Explicativas

| <u>Demonstrações dos valores adicionados de operações destinadas a venda</u> | 30/09/2015 | | | | 30/09/2014 |
|---|-------------------|-------------------|------------|------------------|-------------------|
| | Rio Verde | Rio Canoas | TNE | Combinado | Combinado |
| Receitas | 99.878 | 127.922 | 74.821 | 302.621 | 384.007 |
| Receitas relativas à venda de energia | 99.878 | 127.922 | 74.821 | 302.621 | 383.983 |
| Receitas relativas a construção de ativos próprios | - | - | - | - | 24 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (49.186) | (63.424) | (75.486) | (188.096) | (111.241) |
| Custos dos serviços vendidos | (22.303) | (38.979) | (74.816) | (136.098) | (97.344) |
| | | | (525) | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (25.774) | (22.169) | | (48.468) | (13.897) |
| Outros | (1.109) | (2.276) | (145) | (3.530) | - |
| Valor adicionado bruto | 50.692 | 64.498 | (665) | 114.525 | 272.766 |
| Depreciação e amortização | (17.347) | (26.880) | (1) | (44.228) | (31.465) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 33.345 | 37.618 | (666) | 70.297 | 241.301 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 1.108 | 1.520 | 504 | 3.132 | 1.440 |
| Receitas financeiras | 1.108 | 1.520 | 504 | 3.132 | 1.440 |
| Valor adicionado total a distribuir | 34.453 | 39.138 | (162) | 73.429 | 242.741 |
| Distribuição do valor adicionado | 34.453 | 39.138 | (162) | 73.429 | 242.741 |
| Pessoal | 1.708 | 2.198 | (30) | 3.876 | 4.180 |
| Remuneração direta | 1.475 | 1.913 | (28) | 3.360 | 2.686 |
| Benefícios | 183 | 220 | - | 403 | 1.372 |
| F.G.T.S. | 50 | 65 | (2) | 113 | 122 |
| Impostos, taxas e contribuições | 16.995 | 6.439 | (7) | 23.427 | 33.603 |
| Federais | 16.995 | 6.439 | (7) | 23.427 | 33.578 |
| Estaduais | - | - | - | - | 16 |
| Municipais | - | - | - | - | 9 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 7.638 | 40.875 | 8.836 | 57.349 | 49.146 |
| Juros relativos à capitais de terceiros | 7.469 | 40.064 | 8.836 | 56.369 | 49.091 |
| Aluguéis | 169 | 811 | - | 980 | 55 |
| Lucros retidos do período | 8.112 | (10.374) | (8.961) | (11.223) | 155.812 |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | 4.771 |
| Dividendos | - | - | - | - | - |
| Lucro (prejuízo) do período | 8.112 | (10.374) | (8.961) | (11.223) | 151.041 |

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como "Participações a Comercializar", o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

Notas Explicativas

11. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba, Rio Bonito e Maestra para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura), ampliação das rodovias e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$49.950, R\$36.809, R\$43.824 e de R\$44.806, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

Os principais contratos firmados entre as Concessionárias de Rodovias e as empresas de serviços são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

| | Controladora | | | | | |
|-------------------------|--------------|---------|-----------|------------|---------|-----------|
| | 30/09/2015 | | | 31/12/2014 | | |
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| Dividendos a receber: | | | | | | |
| Concer | 1 | - | - | 43.451 | - | - |
| Rio Verde | - | - | - | 8.400 | - | - |
| Concepa | 1.807 | - | - | 315 | - | - |
| Econorte | - | - | - | 4.636 | - | - |
| Rio Canoas | - | - | - | 35.210 | - | - |
| Portonave | - | - | - | - | - | - |
| Mútuos financeiros: | | | | | | |
| Rio Tibagi (i) | - | 17.639 | (2.461) | - | 23.791 | (3.733) |
| Portonave (v) | - | 443 | (38) | - | 405 | (1.191) |
| Vessel (vii) | - | 26.657 | (1.941) | - | - | - |
| THP (viii) | - | 15.643 | (3.601) | - | - | - |
| Rio Parnaíba (ix) | - | 43.618 | (3.258) | - | - | - |
| Outros: | | | | | | |
| Concepa | 271 | - | 349 | 37 | - | 447 |
| Rio Guaíba | - | 31.000 | - | - | 31.000 | - |
| Outros | 40 | 974 | - | - | 100 | - |
| Total do circulante | 2.119 | 135.974 | (10.950) | 92.049 | 55.296 | (4.477) |
| Mútuos financeiros: | | | | | | |
| Maestra (ii) | - | - | - | - | - | 1.032 |
| Vetorial (iii) | 338 | - | 31 | 303 | - | 32 |
| Aeroportos Brasil (iv) | 12.594 | - | 366 | 13.418 | - | 2.312 |
| Vetria Mineração (vi) | 7.974 | - | 621 | 1.470 | - | - |
| Act | - | - | - | - | - | 12 |
| BR Vias Holding (x) | 10.167 | - | 715 | - | - | - |
| Transbrasiliana (xi) | 25.791 | - | 1.150 | - | - | - |
| Concebra (xii) | 1.290 | - | 7 | - | - | - |
| Outros: | | | | | | |
| Maestra | - | - | 409 | - | - | - |
| Econorte | 347 | - | 1.298 | 701 | - | 3.013 |
| Rio Tibagi | 109 | - | 458 | 1.059 | - | 1.054 |
| Rio Guaíba | 1.229 | - | 407 | 826 | - | 818 |
| Concepa | 4.833 | - | 3.025 | 2.471 | - | 5.619 |
| Concer | 853 | - | - | - | - | - |
| Concebra | 737 | - | 5.849 | - | - | - |
| Rio Verde | 149 | - | 844 | 370 | - | 2.109 |
| Rio Canoas | 85 | - | 1.227 | 3.994 | - | 3.947 |
| Rio Claro | 26 | - | 97 | - | - | - |
| Transbrasiliana | 2.393 | - | 659 | - | - | - |
| TPI Log | 9.559 | - | - | 9.559 | - | - |
| Outros | 31.504 | - | - | 3.121 | - | - |
| Total do não circulante | 109.978 | - | 17.163 | 37.292 | - | 19.948 |
| Total | 112.097 | 135.974 | 6.213 | 129.341 | 55.296 | 15.471 |

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuos referentes a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, sendo o primeiro contrato atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 2015, ocorreu a liquidação do primeiro contrato de mútuo em setembro de 2015 foi firmado novo contrato de mútuo, atualizado por 127% da variação do CDI.
- (v) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vetria, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vessel, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a THP, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (ix) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Parnaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xi) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Mútuo referente a captações da Concebra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Notas Explicativas

| | Consolidado | | | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
| | 30/09/2015 | | | 31/12/2014 | | |
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| Prestação de serviço: | | | | | | |
| Compasa (Concer) (i) | - | 7.733 | - | - | 4.333 | - |
| Consórcio TRS (Concepa) (i) | - | 13.749 | - | - | 5.856 | - |
| Outros: | | | | | | |
| Outros | - | 178 | - | - | 161 | - |
| Mútuos financeiros: | | | | | | |
| Portonave (vi) | - | 443 | (38) | - | 405 | (1.191) |
| THP (vii) | - | 15.643 | (3.601) | - | - | - |
| Total do circulante | - | 37.746 | (3.639) | - | 10.755 | (1.191) |
| Prestação de serviço: | | | | | | |
| CTSA (Econorte) (i) | - | - | - | 11 | - | - |
| Mútuos financeiros: | | | | | | |
| Vetorial (ii) | 338 | - | 31 | 303 | - | 32 |
| Aeroportos Brasil (v) | 12.594 | - | 366 | 13.941 | - | 2.312 |
| ACT | - | - | - | - | - | 10 |
| Vetria (viii) | 7.974 | - | 621 | - | - | - |
| Outros: | | | | | | |
| Vetria (iii) | 20.232 | - | - | 24.079 | - | - |
| Outros | 6.580 | - | - | 1.984 | - | - |
| Total do não circulante | 47.718 | - | 1.018 | 40.318 | - | 2.354 |
| Ativo Intangível de concessão e Imobilizado: | | | | | | |
| CTSA (Econorte) (iv) | - | - | 17.154 | - | - | 73.725 |
| Compasa (Concer) (iv) | - | - | 11.999 | - | - | - |
| Consórcio NSS (Concer) (iv) | - | - | 35.839 | - | - | - |
| Consórcio TRS (Concepa) (iv) | - | - | 34.057 | - | - | 28.228 |
| CTSA (Concebra) (iv) | - | - | 560.878 | - | - | - |
| Total de imobilizado/intangível | - | - | 659.927 | - | - | 101.953 |
| Total | 47.718 | 37.746 | 657.306 | 40.318 | 10.755 | 103.116 |

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia por meio de sua controlada TPI Log. para a controlada em conjunto Vetria.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Mútuos referentes a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, sendo o primeiro contrato atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 2015, ocorreu a liquidação do primeiro contrato de mútuo e em setembro de 2015 foi firmado novo contrato de mútuo, atualizado por 127% da variação do CDI.
- (vi) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a THP, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vetria, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais um spread de 2,0%, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

12. Despesas de exercícios seguintes

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Gastos com apólices de seguros (i) | 22 | 105 | 9.193 | 9.855 |
| Outros gastos | 37 | 3 | 840 | 333 |
| | 59 | 108 | 10.033 | 10.188 |
| Parcela do circulante | 59 | 108 | 6.805 | 6.317 |
| Parcela do não circulante | - | - | 3.228 | 3.871 |

- (i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

Notas Explicativas

13. Investimentos

a) Investimentos permanentes

| Investimento | Controladora | | | | Investimentos permanentes em 30/09/15 | Investimentos permanentes em 31/12/14 |
|--|--------------------|----------------|--------------------------|---------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | Patrimônio líquido | Participação % | Equivalência patrimonial | Outras | | |
| Econorte | 77.478 | 100,0% | 77.478 | - | 77.478 | 96.748 |
| Rio Tibagi | 2.180 | 100,0% | 2.180 | - | 2.180 | 17.960 |
| Concepa | 149.455 | 100,0% | 149.455 | - | 149.455 | 117.240 |
| Rio Guaíba | 20.479 | 100,0% | 20.479 | - | 20.479 | 565 |
| Concer | 302.949 | 62,5% | 189.344 | - | 189.344 | 196.515 |
| Rio Bonito | 15.229 | 62,5% | 9.518 | - | 9.518 | 1.281 |
| Concebra | 409.947 | 100,0% | 409.947 | - | 409.947 | 269.981 |
| Convale | 14.809 | 100,0% | 14.809 | (14.449) | 360 | 360 |
| TPI-Log | 144.543 | 100,0% | 144.543 | - | 144.543 | 144.330 |
| Portonave (*) | 735.275 | 33,33% | 245.067 | 14.843 | 259.910 | 271.223 |
| Trevally | 1 | 100,0% | 1 | - | 1 | 1 |
| Portonaus | - | 100,0% | - | - | - | 14.737 |
| TNE (***) | 54.307 | 100,0% | - | - | - | 36.862 |
| Rio Claro | 11.696 | 100,0% | 11.696 | - | 11.696 | 8.432 |
| FIP – Constantinopla | 15.608 | 100,0% | 15.608 | - | 15.608 | 2.900 |
| Aeropostos Brasil (*) | 625.849 | 45,0% | 281.632 | 33.605 | 315.237 | 252.013 |
| Dable (**) | 20.015 | 100,0% | 20.015 | - | 20.015 | 1 |
| NTL | 57.250 | 100,0% | 57.250 | - | 57.250 | 70.893 |
| ATTT (*) | 131 | 64,0% | 84 | 49 | 133 | 133 |
| Santa Cruz | 20.792 | 100,0% | 20.792 | - | 20.792 | 20.758 |
| Terlip (*) | 28.137 | 50,0% | 14.069 | (19) | 14.050 | 13.841 |
| ACT (*) | - | - | - | - | - | 186 |
| Taboca | 4.263 | 100,0% | 4.263 | - | 4.263 | 4.214 |
| Anddis | - | 100,0% | - | - | - | 1 |
| Tucano | 8.891 | 100,0% | 8.891 | - | 8.891 | 8.888 |
| Retirinho | 2.673 | 100,0% | 2.673 | - | 2.673 | 2.674 |
| Guariroba | 2.864 | 100,0% | 2.864 | - | 2.864 | 2.865 |
| Estrela | 2.754 | 100,0% | 2.754 | - | 2.754 | 2.707 |
| Venus | 1 | 100,0% | 1 | - | 1 | 1 |
| Mercurio | 1 | 100,0% | 1 | - | 1 | 1 |
| Minerva | 1 | 100,0% | 1 | - | 1 | 1 |
| Netuno | 1 | 100,0% | 1 | - | 1 | 1 |
| Total Investimentos | 2.727.579 | | 1.705.416 | 34.029 | 1.739.445 | 1.558.313 |
| Rio Parnaíba | (401) | 100,0% | (401) | - | (401) | (1.831) |
| Rio Paraíba | (1.031) | 100,0% | (1.031) | - | (1.031) | (401) |
| Ecovale (*) | - | 52,5% | - | (48) | (48) | (48) |
| Vessel | (64.204) | 100,0% | (64.204) | - | (64.204) | (43.134) |
| Maestra | (162.058) | 100,0% | (162.058) | - | (162.058) | (170.537) |
| Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias | (227.694) | | (227.694) | (48) | (227.742) | (215.951) |
| Total Investimentos Líquido | 2.499.885 | | 1.477.722 | 33.981 | 1.511.703 | 1.342.362 |

(*) As controladas apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas

(**) A controlada Dable detém 100% de participação nas investidas BRVias Holding e Transbrasiliana.

(***) Conforme Nota 10, o investimento TNE foi transferido para o saldo de investimentos mantidos para venda.

Notas Explicativas

| Investimento | Consolidado – 30/09/2015 | |
|--|--------------------------|---------------------------------------|
| | Investimentos | Resultado de equivalência patrimonial |
| Aeroportos Brasil (*) | 315.237 | 1.564 |
| Portonave | 378.751 | 12.229 |
| Vetria | - | 2.210 |
| Tijóá | 14.212 | 7.867 |
| CSE | 1.517 | (440) |
| Terlip | 14.050 | (41) |
| ACT | - | (1.664) |
| Total Investimentos em controladas | 723.767 | 21.725 |
| Ecovale (*) | (48) | - |
| Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias | (48) | - |
| Total Investimentos Líquido | 723.719 | 21.725 |

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

b) Movimentação dos investimentos permanentes

| Investimento | Investimentos permanentes em 31/12/14 | Aportes de capital e aquisições | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos e juros sobre o capital próprio | Transferências / Baixas | Investimentos permanentes em 30/09/15 | Resultado de equivalência patrimonial 30/09/14 (Reapresentado) |
|----------------------|---------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|--|-------------------------|---------------------------------------|--|
| Econorte | 96.748 | - | (1.629) | (17.641) | - | 77.478 | 13.990 |
| Rio Tibagi | 17.960 | - | 17.845 | (33.625) | - | 2.180 | 11.523 |
| Concepa | 117.240 | - | 54.454 | (22.239) | - | 149.455 | 28.843 |
| Rio Guaíba | 565 | - | 19.914 | - | - | 20.479 | 20.194 |
| Concer | 196.515 | - | 76.755 | (83.926) | - | 189.344 | 49.023 |
| Rio Bonito | 1.281 | - | 14.331 | (6.094) | - | 9.518 | 12.323 |
| Concebra | 269.981 | 118.998 | 20.968 | - | - | 409.947 | 4.566 |
| Rio Parnaíba | (1.831) | - | 800 | - | - | (1.031) | (1.150) |
| Convale | 360 | 138 | (138) | - | - | 360 | (22) |
| Rio Paraíba | (401) | - | - | - | - | (401) | (1) |
| Ecovale | (48) | - | - | - | - | (48) | - |
| TPI-Log | 144.330 | 143 | 5.762 | (5.692) | - | 144.543 | 6.226 |
| Portonave | 271.223 | - | 8.153 | (19.466) | - | 259.910 | 16.924 |
| Trevally | 1 | - | - | - | - | 1 | (1) |
| Portonave (iii) | 14.737 | - | - | - | (14.737) | - | (360) |
| TNE (ii) | 36.862 | 26.406 | (8.961) | - | (54.307) | - | (333) |
| Rio Canoas (i) | - | - | (10.374) | - | 10.374 | - | 145.738 |
| Rio Verde (i) | - | - | 8.112 | - | (8.112) | - | 10.074 |
| Rio Claro | 8.432 | 960 | 2.304 | - | - | 11.696 | 1.665 |
| FIP – Constantinopla | 2.900 | 6.241 | 6.467 | - | - | 15.608 | - |
| Aeroportos Brasil | 252.013 | 61.660 | 1.564 | - | - | 315.237 | 7.512 |
| Vessel | (43.134) | (2.362) | (18.708) | - | - | (64.204) | (41.730) |
| Maestra | (170.537) | 3.947 | 4.532 | - | - | (162.058) | (1.183) |
| NTL | 70.893 | (3.184) | (10.459) | - | - | 57.250 | (33.772) |
| ATTT | 133 | - | - | - | - | 133 | - |
| Juno | - | 6 | (6) | - | - | - | (15) |
| Santa Cruz | 20.758 | 53 | (19) | - | - | 20.792 | (51) |
| Terlip | 13.841 | 250 | (41) | - | - | 14.050 | (25) |
| ACT | 186 | 1.583 | (1.664) | - | (105) | - | (582) |
| Taboca | 4.214 | 118 | (69) | - | - | 4.263 | (20) |
| Anddis | 1 | - | - | - | (1) | - | - |
| Dable | 1 | 22.382 | (2.368) | - | - | 20.015 | (1) |
| Tucano | 8.888 | 26 | (23) | - | - | 8.891 | (23) |
| Retirinho | 2.674 | 24 | (25) | - | - | 2.673 | (21) |
| Guariroba | 2.865 | 84 | (85) | - | - | 2.864 | (22) |
| Estrela | 2.707 | 123 | (76) | - | - | 2.754 | (21) |
| Venus | 1 | 5 | (5) | - | - | 1 | - |
| Mercurio | 1 | 5 | (5) | - | - | 1 | - |
| Minerva | 1 | 5 | (5) | - | - | 1 | - |
| Netuno | 1 | 1 | (1) | - | - | 1 | - |
| Tijóá | - | - | - | - | - | - | 34 |
| Moss | - | - | - | - | - | - | (3.614) |
| Total | 1.342.362 | 237.612 | 187.300 | (188.683) | (66.888) | 1.511.703 | 245.688 |

Notas Explicativas

- (i) Os Resultados de equivalência patrimonial dos investimentos Rio Verde e Rio Canoas são transferidos para o saldo de investimentos mantidos para venda.
- (ii) O investimento TNE foi transferido para o saldo de investimentos mantidos para venda.
- (iii) Baixa do investimento Portonau devido ao encerramento das atividades da controlada.

c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 30 de setembro de 2015

| | <u>Portonave</u> | <u>Iceport</u> | <u>Teconnave</u> | <u>Vetria</u> | <u>TPB</u> | <u>Terlip</u> |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|---------------|---------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 26.067 | 308 | 704 | 864 | - | 14 |
| Demais contas ativo circulante | 44.280 | 7.148 | 527 | 99.225 | - | 26.616 |
| Ativo não circulante | 1.560.654 | 10.149 | 9.715 | 198.050 | 70.852 | 1.637 |
| Total do ativo | 1.631.001 | 17.605 | 10.946 | 298.139 | 70.852 | 28.267 |
| Empréstimos e financiamentos - circulante | - | - | - | 103.697 | - | - |
| Debêntures – circulante | 50.335 | - | - | - | - | - |
| Demais contas - passivo circulante | 38.569 | 2.171 | 2.168 | 102.449 | - | 130 |
| Empréstimos e financiamentos – não circulante | - | - | - | - | - | - |
| Debêntures – não circulante | 472.679 | - | - | - | - | - |
| Demais contas - passivo não circulante | 334.143 | 17.900 | 21 | - | - | - |
| Patrimônio líquido | 735.275 | (2.466) | 8.757 | 91.993 | 70.852 | 28.137 |
| Total do passivo e PL | 1.631.001 | 17.605 | 10.946 | 298.139 | 70.852 | 28.267 |
| Receita operacional líquida | 255.707 | 16.052 | 22.405 | - | - | - |
| Custo dos serviços prestados | (72.119) | (13.146) | (7.872) | - | - | - |
| Depreciação | (76.011) | (8) | - | - | - | - |
| Amortização | - | - | - | - | - | - |
| Lucro bruto | 107.577 | 2.898 | 14.533 | - | - | - |
| Despesas operacionais líquidas | (27.459) | (1.243) | (3.882) | (4.561) | - | (78) |
| Depreciação | (5.789) | - | - | - | - | - |
| Amortização | (264) | - | - | - | - | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9.680 | - | - | - | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 3.689 | 246 | 160 | 23.538 | - | - |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | 87.434 | 1.901 | 10.811 | 18.977 | - | (78) |
| Receitas financeiras | 4.261 | 254 | 6 | 1.431 | - | - |
| Despesas financeiras | (60.635) | (18) | (87) | (6.413) | - | (3) |
| Varição cambial, líquida | 969 | - | - | - | - | - |
| Resultado financeiro líquido | (55.405) | 236 | (81) | (4.982) | - | (3) |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro | 32.029 | 2.137 | 10.730 | 13.995 | - | (81) |
| IR/CSLL | | | | | | |
| Correntes | (20.320) | (422) | (2.573) | - | - | - |
| Diferidos | 12.750 | (192) | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 24.459 | 1.523 | 8.157 | 13.995 | - | (81) |

Notas Explicativas

| | <u>Aeropostos Brasil</u> | <u>Aeropostos Brasil - Viracopos</u> | <u>Viracopos Estacionamentos</u> | <u>Tijóá</u> | <u>CSE</u> |
|--|------------------------------|--|--------------------------------------|---------------|----------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 2.389 | 7.127 | 2.531 | 26.535 | 2.379 |
| Demais contas ativo circulante | 23 | 291.851 | 2.369 | 11.423 | 1.595 |
| Ativo não circulante | 772.864 | 6.539.521 | 285 | 2.153 | 868 |
| Total do ativo | 775.276 | 6.838.499 | 5.185 | 40.111 | 4.842 |
| Empréstimos e financiamentos - circulante | 7.833 | 164.294 | - | - | - |
| Debêntures - circulante | - | - | - | - | - |
| Demais contas - passivo circulante | 12.603 | 389.868 | 5.036 | 11.743 | 1.814 |
| Empréstimos e financiamentos - não circulante | 128.911 | 1.800.605 | - | - | - |
| Debêntures - não circulante | - | 393.709 | - | - | - |
| Demais contas - passivo não circulante | 80 | 2.579.565 | 510 | - | - |
| Patrimônio líquido | 625.849 | 1.510.458 | (361) | 28.368 | 3.028 |
| Total do passivo e PL | 775.276 | 6.838.499 | 5.185 | 40.111 | 4.842 |
| Receita operacional líquida | - | 612.715 | 11.445 | 69.149 | 4.379 |
| Custo dos serviços prestados | - | (451.937) | (11.787) | (56.627) | (4.521) |
| Depreciação | - | (582) | (1) | (6) | (92) |
| Amortização | - | (64.055) | (2) | (15) | - |
| Lucro bruto | - | 96.141 | (345) | 12.501 | (234) |
| Despesas operacionais líquidas | (467) | (47.201) | (19) | (2.662) | (843) |
| Depreciação | - | (256) | - | (20) | - |
| Amortização | - | (179) | - | (42) | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6.917 | (438) | - | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais | - | - | - | 8.782 | - |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | 6.450 | 48.067 | (364) | 18.559 | (1.077) |
| Receitas financeiras | 7.040 | 10.528 | 10 | 1.140 | 208 |
| Despesas financeiras | (11.818) | (38.045) | (310) | (134) | (10) |
| Variação cambial, líquida | - | - | - | - | - |
| Resultado financeiro líquido | (4.778) | (27.517) | (300) | 1.006 | 198 |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro | 1.672 | 20.550 | (664) | 19.565 | (879) |
| IR/CSLL | | | | | |
| Correntes | (719) | - | - | (3.861) | - |
| Diferidos | 2.522 | (6.987) | 226 | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 3.475 | 13.563 | (438) | 15.704 | (879) |

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

Notas Explicativas

14. Imobilizado

| Custo | Consolidado | | | | | | | | Total |
|------------------------------------|---------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|--------------------------|------------------------------|----------------|-------------|-----------------|
| | Terrenos | Edificações e Instalações | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Equip. de Proc. de Dados | Imobilizado em Andamento (i) | Veículos | Outros | |
| Saldo em 31/12/2014 | 35.838 | 11.019 | 5.309 | 1.169 | 2.737 | 10.770 | 20.395 | 199 | 87.436 |
| Construções / Aquisições | - | 208 | 684 | 214 | 427 | 112 | 3.348 | 301 | 5.294 |
| Baixas | - | (21) | (254) | (62) | (1.000) | (161) | (675) | (15) | (2.188) |
| Adições - novos investimentos (ii) | - | - | 544 | 540 | 1.711 | - | - | 61 | 2.856 |
| Transferências | 770 | (767) | 61 | 6 | (70) | - | 3.207 | (63) | 3.144 |
| Saldo em 30/09/2015 | 36.608 | 10.439 | 6.344 | 1.867 | 3.805 | 10.721 | 26.275 | 483 | 96.542 |
| Depreciação | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | - | (2.801) | (2.491) | (753) | (1.847) | (1) | (5.671) | (80) | (13.644) |
| Depreciação | - | (271) | (555) | (126) | (341) | (883) | (2.067) | (7) | (4.250) |
| Baixas | - | - | 90 | 28 | 658 | 1 | 469 | 2 | 1.248 |
| Adições - novos investimentos(ii) | - | - | (188) | (333) | (1.503) | - | - | (43) | (2.067) |
| Transferências | - | 2 | 63 | 78 | 62 | - | (2.092) | 29 | (1.858) |
| Saldo em 30/09/2015 | - | (3.070) | (3.081) | (1.106) | (2.971) | (883) | (9.361) | (99) | (20.571) |
| Valor residual líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | 35.838 | 8.218 | 2.818 | 416 | 890 | 10.769 | 14.724 | 119 | 73.792 |
| Saldo em 30/09/2015 | 36.608 | 7.369 | 3.263 | 761 | 834 | 9.838 | 16.914 | 384 | 75.971 |
| Taxas de depreciação | - | 4% | 10% | 10% | 20% | - | 20% | 10% | |

(i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.

(ii) Referente adição de saldos iniciais do investimento Transbrasiliana adquirido em 05 de janeiro de 2015.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

Notas Explicativas

15. Intangível

| Custo | Controladora | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------------|------------|-------------------------|------------------|-------------------|-----------------------|-------------------------------------|--------------------------------|-----------------------|
| | Econorte (i) | Vessel | Ágio na aquisição | | | FIP Constantinopla | Desenvolvimento de projetos (iv) | Licenças de uso e softwares | Total Controladora |
| | | | Esparta - Rio Guaíba | Concepa (iii) | Portonave (ii) | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | 41.476 | 114 | 267 | 4.028 | 78.448 | 6.452 | 44.698 | 919 | 176.402 |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 8.695 | 277 | 8.972 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | (1.227) | - | (1.227) |
| Transferência | - | - | - | - | - | - | (4.145) | 49 | (4.096) |
| Saldo em 30/09/2015 | 41.476 | 114 | 267 | 4.028 | 78.448 | 6.452 | 48.021 | 1.245 | 180.051 |
| Amortização | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | (25.282) | - | (172) | - | - | - | (295) | (524) | (26.273) |
| Amortização | (1.766) | - | (28) | - | - | - | (159) | (90) | (2.043) |
| Saldo em 30/09/2015 | (27.048) | - | (200) | - | - | - | (454) | (614) | (28.316) |
| Valor residual líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | 16.194 | 114 | 95 | 4.028 | 78.448 | 6.452 | 44.403 | 395 | 150.129 |
| Saldo em 30/09/2015 | 14.428 | 114 | 67 | 4.028 | 78.448 | 6.452 | 47.567 | 631 | 151.735 |
| Taxa de amortização | 0,63% | - | 0,95% | - | - | - | - | 20% | - |

| Custo | Consolidado | | | | | | Total |
|------------------------------------|-----------------------|---|------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|
| | Total Controladora | Ativos de Concessão de Rodovias (v) | Ágio - Transbrasiliana (vii) | Projetos - portos (viii) | Projetos - PCHs (ix) | Outros Intangíveis | |
| | | | | | | | |
| Adições | 8.972 | 679.695 | 17.738 | 34 | 101 | 42 | 706.582 |
| Baixas | (1.227) | (114) | - | (14.718) | - | (789) | (16.848) |
| Adições - novos investimentos (vi) | - | 477.253 | - | - | - | - | 477.253 |
| Ajuste a valor justo | - | (80.759) | - | - | - | - | (80.759) |
| Transferência | (4.096) | 8.606 | - | - | - | - | 4.510 |
| Saldo em 30/09/2015 | 180.051 | 4.404.426 | 17.738 | 195 | 9.902 | 389 | 4.612.701 |
| Amortização | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | (26.273) | (1.296.471) | - | (1) | - | (679) | (1.323.424) |
| Amortização | (2.043) | (141.546) | - | - | - | (84) | (143.673) |
| Amortização – mais valia | - | (37.384) | - | - | - | - | (37.384) |
| Baixas | - | 106 | - | 1 | - | 573 | 680 |
| Adições - novos investimentos (vi) | - | (43.439) | - | - | - | - | (43.439) |
| Transferência | - | 1.857 | - | - | - | - | 1.857 |
| Saldo em 30/09/2015 | (28.316) | (1.516.877) | - | - | - | (190) | (1.545.383) |
| Valor residual líquido | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | 150.129 | 2.023.274 | - | 14.878 | 9.801 | 457 | 2.198.539 |
| Saldo em 30/09/2015 | 151.735 | 2.887.549 | 17.738 | 195 | 9.902 | 199 | 3.067.318 |
| Taxa de amortização | - | 4 a 5%(*) | - | - | - | - | - |

(*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.

Notas Explicativas

- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Referente adição de saldos iniciais do investimento Transbrasiliana adquirido em 05 de janeiro de 2015.
- (vii) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição da BRVias Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (viii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário. As baixas do período são decorrentes do encerramento da empresa Portonaus.
- (ix) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2015 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

16. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concer, Concebra e Transbrasiliana registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

| | Consolidado | |
|---------------------------|--------------------|-----------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Econorte | 25.249 | 26.539 |
| Concebra | 80.677 | 61.994 |
| Concer | 598 | 598 |
| Transbrasiliana | 8.155 | - |
| | 114.679 | 89.131 |
| Parcela do circulante | 6.471 | 9.786 |
| Parcela do não circulante | 108.208 | 79.345 |

Notas Explicativas

17. Empréstimos e financiamentos

| Tipo de empréstimos | Garantias | Indexador | Consolidado | |
|---|--|----------------------------|------------------|------------------|
| | | | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Triunfo (controladora): | | | | |
| Financiamento de pré-investimento – FINEP | Carta de fiança bancária | 8,0% a.a. | 10.425 | 13.777 |
| Conta garantida - Santander | Não há | 127,5% do CDI | 50.000 | 50.000 |
| Conta garantida - Banco Safra | Não há | CDI + 5,535675% a.a. | 1.063 | 10.000 |
| Conta garantida - Banco do Brasil | Não há | CDI + 2,3798% a.a. | 30.000 | 30.000 |
| Cédula de crédito bancário - Bic Banco | Não há | CDI + 3,66% a.a. | 50.469 | - |
| Cédula de crédito bancário - Credit Suisse | Garantia Fidejussória - THP | CDI + 3,50% a.a. | 87.195 | - |
| Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil | Coobrigações THP | 120% e 123% do CDI | 119.539 | - |
| Cédula de crédito bancário - Santander | Cessão fiduciária dos direitos creditórios | 127% do CDI | 74.584 | - |
| Concepa: | | | | |
| Cédula de crédito bancário – Banco Votorantim | Ações da Companhia (Triunfo) | CDI + 4,28% a.a. | 15.930 | - |
| Conta garantida - Santander | Não há | 118% do CDI | 15.243 | - |
| Concer: | | | | |
| Financiamento de pré-investimento – FINEP | Carta de fiança bancária | 8,0% a.a. | 3.944 | 5.214 |
| Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara | Nota promissória e alienação fiduciária | De 4% a 16,7652% a.a. | 1.768 | 2.738 |
| Banco BTG | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 2,00% a.a. | - | 50.000 |
| Conta garantida – Banco Santander | Não há | 118,0% do CDI | - | 50.455 |
| Conta garantida – Banco Itaú | Aval da Companhia (Triunfo) | 118,5% do CDI | - | 25.000 |
| Conta garantida – Banco do Brasil | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 2,465% a.a. | - | 50.000 |
| FINAME - Banco Mercedes Bens | Alienação fiduciária | 6% a.a. | 3.235 | 3.995 |
| Cédula de crédito bancário – Banco Panamericano | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 3,00% a.a. | 19.000 | 28.500 |
| FINAME – Banco Guanabara | Notas promissórias | 19,56% a.a. | 8.058 | 5.057 |
| FINAME – Banco ABC do Brasil | Notas promissórias | 6% a.a. | 731 | 1.044 |
| Cédula de crédito bancário – Banco Pine | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 4,65% a.a. | 60.000 | 60.000 |
| Conta garantida – Banco ABC do Brasil | Não há | CDI+3,4% a.a. | 39.500 | 60.335 |
| Empréstimo Ponte – BNDES | Aval da Companhia (Triunfo) e Carta fiança | TJLP + 4,25% a.a. | 155.134 | - |
| Conta Garantida - Banco Crédito Varejo | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 4,2818% a.a. | 12.675 | - |
| Econorte: | | | | |
| Conta garantida – Santander | Não há | 121,0% do CDI | - | 121.070 |
| Rio Guaíba: | | | | |
| Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen | Aval da Companhia (Triunfo) | 13% a.a. | 4 | 21 |
| Rio Tibagi: | | | | |
| Conta garantida – Banco do Brasil | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 3,416% a.a. | - | 900 |
| Rio Parnaíba: | | | | |
| Arrendamento Mercantil – Banco Safra | Alienação fiduciária | 14,98% a.a. | 796 | 1.330 |
| FINAME – BNDES | Alienação fiduciária | 6,0% a.a. | 7.149 | 8.647 |
| Concebra: | | | | |
| Empréstimo BNDES | Aval da Companhia (Triunfo) | TJLP + 2% a.a. | 641.021 | 304.302 |
| Cédula de crédito bancário - BDMG | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 4,25% a.a. | 24.480 | - |
| Rio Bonito: | | | | |
| Cartão BNDES – Banco Bradesco | Não há | 12,8% a.a. | 113 | 99 |
| FINAME – Banco Bradesco | Alienação fiduciária | TJLP + 7% a 8% a.a. | - | 73 |
| FINAME – Banco Santander | Alienação fiduciária | TJLP + de 5,5% a 6,4% a.a. | 210 | 352 |
| CDC – Banco Safra | Alienação fiduciária | 18,02% a.a. | 93 | - |
| CDC – Banco Volvo | Aval da Companhia (Triunfo) | 14,44% a.a. | 50 | 76 |
| Maestra: | | | | |
| Conta garantida – Santander | Aval da Companhia (Triunfo) | 126,5% do CDI | 46.963 | 45.053 |
| Cédula de crédito bancário – Banco ABC | Não há | IPCA + 6,05% a.a. | - | 3.793 |
| Cédula de crédito bancário – Banco ABC | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 3,66% a.a. | 40.183 | 40.117 |
| Cédula de crédito bancário – Banco ABC | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 3,66% a.a. | 10.629 | 16.398 |
| Cédula de crédito bancário – Banco Original | Aval da Companhia (Triunfo) e da Rio Guaíba | 133% do CDI | 11.604 | 20.011 |
| Cédula de crédito bancário – Banco Indusval | Aval da Companhia (Triunfo), da Vessel e da NTL | IPCA + 6,0% a.a. | - | 4.317 |
| NTL: | | | | |
| Financiamento de imobilizado – BNDES | Alienação fiduciária, Carta fiança e Aval da Companhia (Triunfo) | TJLP +4,16% a.a. | 13.900 | 14.845 |
| Transbrasiliana: | | | | |
| Finem – BNDES | Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão / Penhor das ações | TJLP + 2,91% a.a. | 202.483 | - |
| Finame – BNDES | Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão | TJLP + 1,06% a.a. | 1.201 | - |
| Nota de crédito - Banco ABC | Não há | CDI + 4% a.a. | 17.576 | - |
| | | | 1.776.948 | 1.027.519 |
| Parcela do circulante | | | 1.571.297 | 697.684 |
| Parcela do não circulante | | | 205.651 | 329.835 |

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 30 de setembro de 2015, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2015 está assim distribuído:

| <u>Ano</u> | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|------------|---------------------|--------------------|
| 2016 | 1.112 | 7.139 |
| 2017 | 4.452 | 26.138 |
| 2018 | 371 | 21.358 |
| Após 2018 | - | 151.016 |
| | 5.935 | 205.651 |

18. Debêntures

| | <u>Consolidado</u> | |
|---------------------------|--------------------|------------------|
| | <u>30/09/15</u> | <u>31/12/14</u> |
| Triunfo (controladora) | 775.326 | 748.493 |
| Concepa | 263.593 | 310.221 |
| Econorte | 256.746 | 77.543 |
| Concer | 205.727 | 196.735 |
| Vessel | 95.350 | 121.228 |
| BRVias Holding TBR | 66.322 | - |
| Transbrasiliana | 67.747 | - |
| | 1.730.811 | 1.454.220 |
| Parcela do circulante | 1.338.710 | 214.701 |
| Parcela do não circulante | 392.101 | 1.239.519 |

a) Triunfo

3ª Emissão

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$176.710 e R\$222.819, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 9,11%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$5.252 e

Notas Explicativas

R\$3.666 em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

4ª Emissão

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são R\$598.616 e R\$525.674 respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 8,5% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$9.728 e R\$13.230 em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia não atingiu o índice da razão entre dívida líquida e EBITDA de 4,8 conforme previsto em cláusula de vencimento antecipado nas escrituras da 3ª e 4ª emissões de debêntures da Companhia. A Administração da Companhia iniciou as devidas providências para obtenção de waiver junto aos debenturistas, porém a Assembleia Geral de Debenturistas não foi realizada até a data de aprovação para emissão destas demonstrações intermediárias. À luz do CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras (itens 74 e 75), quando uma dívida está vencida (por quebra de covenant) sendo pagável à ordem do credor, o saldo desta deve ser classificado integralmente no circulante. Sendo assim, em atendimento ao CPC 26, no trimestre findo em 30 de setembro de 2015, classificamos integralmente os saldos da 3ª e 4ª emissões de debêntures da Companhia no passivo circulante.

b) Concepa

5ª Emissão

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$54.165 e R\$101.977, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas

Notas Explicativas

semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$893 e R\$1.624 em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 respectivamente.

6ª Emissão

Em 24 de novembro de 2014, foram emitidas 210 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$210.000, e prazo de vencimento de dezoito meses a contar da data da emissão. A amortização será de 2,3% em 24/01/2016, 6,9% em 24/04/2016 e o restante em 24/05/2016. Os saldos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$209.429 e R\$208.244, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,50% ao ano. A remuneração é paga mensalmente a partir da data de emissão das debêntures, sendo que o primeiro pagamento foi efetuado em 24 de dezembro de 2014 e o último será devido na data de vencimento das debêntures.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$1.096 em 30 de setembro de 2015 e R\$2.327 em 31 de dezembro de 2014.

c) Econorte

2ª Emissão

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada.

As debêntures tinham prazo de vigência de 72 meses, com vencimento inicialmente programado para 10 de maio de 2017. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$77.543, e os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representavam o montante de R\$763 em 31 de dezembro de 2014.

O cronograma de pagamento das debêntures era de 12 parcelas semestrais consecutivas, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano.

A Remuneração foi calculada de forma exponencial e cumulativa, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debênture desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Em 15 de maio de 2015, a Econorte efetuou o pagamento integral da 2ª emissão de debêntures no montante de R\$68.289, utilizando os recursos captados com a 3ª emissão de debêntures, conforme descrito a seguir.

Notas Explicativas

3ª Emissão

Em 09 de abril de 2015, foi aprovada pela CVM a 3ª (emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 24.600 debêntures no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada com emissão em 15 de abril de 2015. As debêntures terão um prazo de vigência de 60 meses, vencendo em 15 de abril de 2020.

As remunerações das debêntures serão pagas em 10 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira paga em 15 de outubro de 2015. O principal das debêntures será pago em 9 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira paga em 15 de abril de 2016.

As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 1,90% a.a.

A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debênture desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

A Econorte cumpriu com todos os indicadores (covenants) relacionados com os contratos de debêntures em 30 de setembro de 2015.

Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados à 3ª Emissão de Debêntures da Econorte (vide nota explicativa 31b), e para melhor apresentar o efeito dessa operação nas Demonstrações Financeiras foi aplicado Hedge Accounting, gerando ajustes a valor justo no saldo de debêntures a pagar.

O saldo devedor em 30 de setembro de 2015 é de R\$256.746, os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representava o montante de R\$4.534, e o ajuste a valor justo, também apresentado como redutor do saldo devedor, representa o montante de R\$1.889.

d) Concer

1ª Emissão

Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$205.727 e R\$196.735, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.

Notas Explicativas

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.350 e R\$4.198 em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

e) Vessel

1ª Emissão

Em 21 de setembro de 2012, foi aprovada a emissão de 145.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries, no valor total de R\$ 145.000. O prazo de vencimento é de 5 anos a contar da data de emissão com um ano de carência. O saldo devedor em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$95.350 e R\$121.228, respectivamente.

As debêntures são atualizadas pela variação do IPCA e farão jus à remuneração com incidência de juros, correspondente a um percentual ao ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a 7,60% a.a. O pagamento da remuneração ocorre trimestralmente desde dezembro de 2012.

Os gastos de emissão das debêntures, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$778 e R\$802 em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Os índices financeiros da cláusula de vencimento antecipado da escritura de debêntures da Vessel estão atrelados aos índices da controladora TPI.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia não atingiu o índice da razão entre dívida líquida e EBITDA de 4,8 conforme previsto em cláusula de vencimento antecipado nas escrituras da 3ª e 4ª emissões de debêntures da Companhia. A Administração da Companhia iniciou as devidas providências para obtenção de waiver junto aos debenturistas, porém a Assembleia Geral de Debenturistas não foi realizada até a data de aprovação para emissão destas demonstrações intermediárias. À luz do CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras (itens 74 e 75), quando uma dívida está vencida (por quebra de covenant) sendo pagável à ordem do credor, o saldo desta deve ser classificado integralmente no circulante. Sendo assim, em atendimento ao CPC 26, no trimestre findo em 30 de setembro de 2015, classificamos integralmente os saldos da 1ª emissão de debêntures da Vessel no passivo circulante.

f) Transbrasiliana

1ª Emissão

Em 31 de julho de 2014, a Transbrasiliana realizou a primeira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 68.000. Foram subscritas a quantidade de 67.057.913 de debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1,00, com vencimento original em 13 de março de 2015. A liquidação das Debêntures está atrelada à liberação de uma nova emissão de Debêntures de Infraestrutura a ser realizada em 2015, estando a operação enquadrada pelo BNDES sendo que a Transbrasiliana já obteve seu enquadramento como

Notas Explicativas

prioritário no Ministério dos Transportes, conforme DOU publicado em 23/02/2015.

As Debêntures são atualizadas a 102% do Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias.

O contrato acima descrito possui algumas obrigações, que caso não sejam atendidas em sua totalidade, permite o debenturista declarar o vencimento antecipado do contrato. O contrato não contém cláusulas de covenants financeiros a serem atendidos.

O saldo devedor em 30 de setembro de 2015 é de R\$64.747.

1ª Emissão – BRVias Holding TBR

Em 22 de dezembro de 2010 a BRVias Holding TBR realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série no valor total de R\$44.000.

Foram emitidas 44.000 debentures que são atualizadas a partir da data de emissão, com base no IGP-M acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalente a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

O saldo devedor em 30 de setembro de 2015 é de R\$66.322.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2015, com vencimento até o ano 2021, e está assim distribuída:

| Ano | Controladora | Consolidado |
|-----------|--------------|----------------|
| 2016 | - | 32.970 |
| 2017 | - | 127.347 |
| 2018 | - | 121.146 |
| 2019 | - | 66.100 |
| Após 2019 | - | 44.538 |
| | - | 392.101 |

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

| Emissora | Série | Data | Valor Nominal | Custos de transação | Valor líquido | Taxa de juros | TIR |
|-----------------|------------|------------|------------------|---------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| Triunfo | 3ª Emissão | 22/06/2011 | 180.000 | (4.950) | 175.050 | IPCA + 9,11% | IPCA + 9,57% |
| Triunfo | 4ª Emissão | 23/10/2012 | 80.660 | (4.123) | 76.537 | CDI+2,20% | CDI+3,48% |
| Triunfo | 4ª Emissão | 23/10/2012 | 391.840 | (20.028) | 371.812 | IPCA+8,5% | IPCA+9,64% |
| Concepa | 5ª Emissão | 10/02/2012 | 160.000 | (4.320) | 155.680 | CDI + 1,95% | CDI + 2,85% |
| Concepa | 6ª Emissão | 24/11/2014 | 210.000 | (2.327) | 207.673 | CDI + 2,50% | CDI + 3,24% |
| Econorte | 3ª Emissão | 15/04/2015 | 246.000 | (4.782) | 241.218 | CDI + 2,20% | CDI + 2,76% |
| Vessel | 1ª Emissão | 21/09/2012 | 145.000 | (2.432) | 142.568 | IPCA + 7,60% | IPCA + 8,05% |
| Concer | 1ª Emissão | 12/07/2013 | 200.000 | (5.689) | 194.311 | IPCA + 2,10% | IPCA + 2,73% |
| Holding TBR | 1ª Emissão | 22/12/2010 | 44.000 | - | 44.000 | IGPM + 12% a.a. | IGPM + 12% a.a. |
| Transbrasiliana | 7ª Emissão | 31/07/2014 | 68.000 | - | 68.000 | 102% do CDI | 102% do CDI |
| | | | 1.725.500 | (48.651) | 1.676.849 | | |

Notas Explicativas

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

| Emissora | Custos de transação | Saldo amortizado | Saldo a amortizar |
|----------|---------------------|------------------|-------------------|
| Triunfo | (4.950) | 1.555 | (3.395) |
| Triunfo | (4.123) | (6.366) | (10.489) |
| Triunfo | (20.028) | 20.028 | - |
| Concepa | (4.320) | 3.427 | (893) |
| Concepa | (2.327) | 1.232 | (1.095) |
| Econorte | (4.782) | 248 | (4.534) |
| Vessel | (2.432) | 1.654 | (778) |
| Concer | (5.689) | 2.339 | (3.350) |
| | (48.651) | 24.117 | (24.534) |

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

| | Controladora | Consolidado |
|------------------|---------------|---------------|
| 2015 | 13.884 | 13.983 |
| 2016 | - | 4.846 |
| 2017 | - | 2.338 |
| A partir de 2018 | - | 3.367 |
| | 13.884 | 24.534 |

19. Notas Promissórias

Em 17 de julho de 2015, a controlada Concer assinou contrato de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco Santander S.A., BB Banco de Investimento S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A. O financiamento totalizou R\$210.000 na data da emissão (valor original), com encargos de 100% do CDI + 2,00% a.a. As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias a contar da data da emissão.

O saldo atualizado de notas promissórias em 30 de setembro de 2015 é de R\$213.032.

20. Obrigações fiscais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | - | - | 5.057 | 2.063 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | - | - | 13.606 | 4.414 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte | 124 | 235 | 1.756 | 1.200 |
| Cofins | 36 | 181 | 12.501 | 3.964 |
| PIS | 6 | 39 | 2.789 | 1.339 |
| INSS | - | - | 4.614 | 406 |
| Imposto Sobre Serviços | - | - | 21.061 | 7.113 |
| Imposto sobre Operações Financeiras | 143 | - | 4.832 | - |
| Contribuições Sociais Retidas na Fonte | 41 | - | 1.484 | 42 |
| ICMS | - | 44 | 12.418 | 14.446 |
| Outros impostos e contribuições | - | 56 | 2.366 | 5.980 |
| | 350 | 555 | 82.484 | 40.967 |
| Parcela do circulante | 350 | 555 | 72.028 | 37.646 |
| Parcela do não circulante | - | - | 10.456 | 3.321 |

Notas Explicativas

21. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

| | <u>30/09/15</u> | <u>31/12/14</u> |
|---------|-----------------|-----------------|
| Triunfo | <u>733.554</u> | 566.571 |
| | <u>733.554</u> | <u>566.571</u> |

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

| | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------|
| | <u>30/09/15</u> | <u>31/12/14</u> |
| Reserva de reavaliação | 89.281 | 116.844 |
| Receita de construção – Aditivos | 149.547 | 15.822 |
| Sobre custo financeiro | 1.555 | 525 |
| Estorno de amortizações – ICPC 01 | 62.496 | 63.634 |
| Valor justo de debêntures | 642 | - |
| Instrumentos Financeiros | 4.507 | - |
| | <u>308.028</u> | <u>196.825</u> |

22. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 está sendo recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. paga anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluentes o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Notas Explicativas

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG paga anualmente à controlada Concer o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e é corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO paga anualmente à controlada Concer o valor de R\$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS paga anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Receita recebida antecipadamente | 8.458 | 9.332 |
| (-) Receita apropriada ao resultado | (1.161) | (68) |
| | 7.297 | 9.264 |

23. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base na opinião de seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | | | | |
|------------------------|--------------|-------------------------|---------|-----------|------------|--------------|
| | 31/12/14 | Novos investimentos (*) | Adições | Reversões | Pagamentos | 30/09/15 |
| Processos cíveis | 917 | 350 | 790 | (23) | (853) | 1.181 |
| Processos trabalhistas | 1.865 | 722 | 380 | (518) | (26) | 2.423 |
| Total provisão | 2.782 | 1.072 | 1.170 | (541) | (879) | 3.604 |

(*) Referem-se a saldos iniciais da controlada Transbrasiliana adquirida pela Companhia em 05 de janeiro de 2015.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$18.154 e R\$12.740 em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Notas Explicativas

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado até 30 de setembro de 2015 já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, proposto pela Diretoria, em uma única operação ou em uma série de operações, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto atual das ações da Companhia no Mercado.

O Programa de Recompra tem prazo de 365 dias, contados a partir de 26 de março de 2015. A instituição financeira que está atuando como intermediária do Programa de Recompra é a BTG PACTUAL CTVM S.A.

Poderão ser adquiridas até 7.000.000 de ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo de ações em tesouraria advindo do Programa de Recompra é de R\$1.374, totalizando 361.400 ações.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação, considerando o resultado atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

| | 30/09/2015 | 30/09/2014 (Reapresentado) |
|--|--------------------|---------------------------------------|
| Numerador | | |
| Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias | 8.019 | 136.608 |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico | 176.000.000 | 176.000.000 |
| Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído | (1.999.992) | (1.885.318) |
| Resultado por ação – básico | 0,04556 | 0,77618 |
| Resultado por ação – diluído | 0,04556 | 0,77568 |

Conforme nota explicativa nº 26, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

f) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014. O lucro líquido do exercício é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício.

Notas Explicativas

| | 30/09/15 | 30/09/14 (Reapresentado) |
|---|-----------------|-------------------------------------|
| Lucro líquido | 8.019 | 136.608 |
| (+) Realização da reserva de reavaliação reflexa | 11.179 | 16.682 |
| (+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial | 21.513 | 26.389 |
| Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal | 40.711 | 179.679 |
| (-) Reserva Legal | (401) | (6.830) |
| Saldo à disposição dos acionistas | 40.310 | 172.849 |

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

25. Receita operacional líquida

| | Consolidado | |
|--|--------------------|---------------------------------------|
| | 30/09/2015 | 30/09/2014 (Reapresentado) |
| Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias | 695.467 | 507.341 |
| Operação de carga própria – porto | - | 2.687 |
| Operação de energia | 10.524 | 10.019 |
| Construção de ativos das concessões de rodovia | 1.289.133 | 694.316 |
| Outros | 11.752 | 5.529 |
| | 2.006.876 | 1.219.892 |
| (-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos) | (76.147) | (52.693) |
| | 1.930.729 | 1.167.199 |

26. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários,

Notas Explicativas

definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

| | Controladora e consolidado | | | |
|------------------------|----------------------------|-----------------------------|------------|-----------------------------|
| | 30/09/15 | | 31/12/14 | |
| | Quantidade | Preço médio ponderado – R\$ | Quantidade | Preço médio ponderado – R\$ |
| Saldo no início do ano | 2.000.000 | 9,00 | 2.000.000 | 9,00 |
| Movimentações: | | | | |
| Concedidas | - | - | - | - |
| Saldo no final do ano | 2.000.000 | 9,00 | 2.000.000 | 9,00 |

| | Controladora e consolidado | |
|-----------------------------|----------------------------|-----------|
| | 30/09/15 | 31/12/14 |
| Ações exercíveis | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Prazo de vida útil (anos) | 4 | 4 |
| Preço médio ponderado – R\$ | 9,00 | 9,00 |

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Notas Explicativas

| Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes | 1 de maio de 2012 | 1 de maio de 2011 | 1 de maio de 2010 | 23 de setembro de 2009 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|------------------------|
| Taxa de juros livre de risco | 9,00% | 12,25% | 11,20% | 8,96% |
| Volatilidade | 29,73% | 24,54% | 37,44% | 55,02% |
| Expectativa de dividendos | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Prazo de vida estimado das opções | 5 anos | 6 anos | 7 anos | 8 anos |

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas referentes à remuneração baseada em ações foram totalmente reconhecidas até 31 de dezembro de 2013 não restando saldos a serem reconhecidos a partir do exercício de 2014.

27. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

| Companhia | Tipo de cobertura | | | | | | Total Importância segurada (i) |
|------------------------------|------------------------|---------------------|----------------------|---------------|------------------|---------------|--------------------------------|
| | Responsabilidade Civil | Riscos Operacionais | Riscos de Engenharia | D&O | Garantia | Outros | |
| Econorte | 10.000 | 76.082 | 3.000 | - | 93.903 | - | 182.985 |
| Concer | 14.922 | 25.000 | 10.312 | - | 14.922 | 324 | 65.480 |
| Concepa | 4.000 | 30.039 | 6.921 | - | 23.357 | 6.400 | 70.717 |
| Rio Verde | 10.000 | 385.496 | - | - | - | - | 395.496 |
| Rio Canoas | 20.000 | 917.131 | - | - | - | - | 937.131 |
| Portonave | - | - | - | 10.000 | - | - | 10.000 |
| Aerportos Brasil - Viracopos | 40.000 | 988.870 | 1.081.255 | 20.000 | 804.890 | 325 | 2.935.340 |
| Tijóá | 20.000 | - | 60.000 | - | - | - | 80.000 |
| TPI | - | - | - | 40.000 | 200.077 | 7.000 | 247.077 |
| Total R\$ | 118.922 | 2.422.618 | 1.161.488 | 70.000 | 1.137.149 | 14.049 | 4.924.226 |
| Portonave | - | 171.311 | - | - | - | - | 171.311 |
| Aerportos Brasil - Viracopos | 500.000 | - | - | - | - | - | 500.000 |
| Total US\$ | 500.000 | 171.311 | - | - | - | - | 671.311 |

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

28. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2015 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$15.659.

Notas Explicativas

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 30 de setembro de 2015 foram reconhecidos no resultado do período o montante de R\$9.847 (R\$7.292 em 30 de setembro de 2014) na controladora e de R\$17.954 (R\$15.201 em 30 de setembro de 2014 Reapresentado) no consolidado respectivamente.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

| | Controladora | |
|------------------------------------|---------------------|-----------------------------|
| | 30/09/15 | 30/09/14 (Reapresentado) |
| Remuneração fixa anual | | |
| Salário ou pró labore | 5.275 | 4.084 |
| Benefícios diretos e indiretos | 172 | 213 |
| Participações nos resultados | 4.400 | 2.995 |
| Plano de opções de compra de ações | - | - |
| | 9.847 | 7.292 |

29. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de setembro de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

| | 30/09/2015 | | | | |
|--|---------------------|----------------------------------|---|--------------------|--------------------|
| | Controladora | Investidas Lucro Real | Investidas Lucro Presumido | Eliminações | Consolidado |
| Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos | 8.019 | 312.902 | 69.731 | (206.130) | 184.522 |
| IRPJ e CSLL correntes | - | (23.928) | (6.758) | | (30.686) |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | (79.945) | - | | (79.945) |
| Total de IRPJ e CSLL | - | (103.873) | (6.758) | | (110.631) |
| Alíquota efetiva | 0% | 33% | 10% | | |

| | 30/09/2014 (Reapresentado) | | | | |
|--|---------------------------------------|----------------------------------|---|--------------------|--------------------|
| | Controladora | Investidas Lucro Real | Investidas Lucro Presumido | Eliminações | Consolidado |
| Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos | 136.608 | 180.932 | 59.620 | (221.253) | 155.907 |
| IRPJ e CSLL correntes | - | (27.818) | (6.521) | - | (34.339) |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | (27.280) | - | - | (27.280) |
| Total de IRPJ e CSLL | - | (55.098) | (6.521) | - | (61.619) |
| Alíquota efetiva | 0% | 30% | 11% | | |

Notas Explicativas

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Em maio de 2014, foi aprovada a Lei nº 12.973, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, dentre outras providências.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não havia efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e optou pela não antecipação de seus efeitos, que deveriam ser manifestados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Sendo assim a adoção, obrigatória, ocorreu no exercício de 2015.

30. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|-------------------------------|
| | 30/09/15 | 30/09/14 | 30/09/15 | 30/09/2014 (Reapresentado) |
| Receita financeira | | | | |
| Rendimento de aplicação financeira | 1.157 | 2.103 | 4.776 | 14.921 |
| Valor justo debêntures | - | - | 1.889 | - |
| Juros recebidos | 789 | 692 | 2.928 | 707 |
| Atualização monetária de empréstimos e financiamentos | - | 2.891 | 2.462 | 1.478 |
| Outros juros e descontos obtidos | 6.635 | 586 | 4.306 | 654 |
| Despesa financeira | | | | |
| Juros e remunerações sobre debêntures | (105.518) | (83.583) | (205.227) | (122.764) |
| Atualização monetária de empréstimos e financiamentos | (32.513) | (31.475) | (136.772) | (49.538) |
| Outros juros, multas e atualizações | (13.919) | (4.644) | (28.595) | (14.208) |
| Instrumentos derivativos | - | - | (3.509) | - |
| Impostos sobre operações financeiras | (6.809) | (1.417) | (8.173) | (1.417) |
| Varição Cambial Líquida | - | - | (793) | - |
| Resultado financeiro | (150.178) | (114.847) | (366.708) | (170.167) |

Notas Explicativas

31. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

| | Consolidado | | | |
|---|-----------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Valor Contábil | | Valor Justo | |
| | 30/09/2015 | 31/12/2014 | 30/09/2015 | 31/12/2014 |
| Ativos Financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 164.873 | 188.209 | 164.873 | 188.209 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 43.120 | 68 | 43.120 | 68 |
| Contas a receber, líquidas | 64.276 | 63.310 | 64.276 | 63.310 |
| Impostos a recuperar | 60.127 | 35.963 | 60.127 | 35.963 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 13.255 | - | 13.255 | - |
| Depósitos judiciais | 6.604 | 3.163 | 6.604 | 3.163 |
| Total | 352.255 | 290.713 | 352.255 | 290.713 |
| Passivos Financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 1.776.948 | 1.027.519 | 1.776.948 | 1.027.519 |
| Debêntures e prêmio de não conversão | 1.730.811 | 1.454.220 | 1.730.811 | 1.454.220 |
| Notas Promissórias | 213.032 | 169.874 | 213.032 | 169.874 |
| Fornecedores | 195.591 | 65.047 | 195.591 | 65.047 |
| Salários, provisões e contribuições sociais | 34.383 | 17.204 | 34.383 | 17.204 |
| Dividendos | 31.544 | 26.070 | 31.544 | 26.070 |
| Impostos a pagar | 82.484 | 40.967 | 82.484 | 40.967 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 16.764 | - | 16.764 | - |
| Arrendamento mercantil | 2.852 | 1.694 | 2.852 | 1.694 |
| Contratos de aquisição de ativos | - | 3.250 | - | 3.250 |
| Total | 4.084.409 | 2.805.845 | 4.084.409 | 2.805.845 |

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

- A parcela das debêntures teve o seu valor contábil igual ao valor justo apurado. Para fins de hedge accounting, a debênture, que é objeto de hedge, é mensurada a valor justo.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de riscos da Companhia tem como objetivo atrelar os mesmos indexadores tanto à atualização dos saldos de seus ativos quanto aos saldos de seus passivos. Nesse sentido, indexadores diferentes de índices de inflação (IPCA, por exemplo) para atualização de saldos passivos são considerados risco para a Companhia, pois seus ativos são remunerados por índices de inflação.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia mantinha um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger a remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à 3ª Emissão de Debêntures da Econorte. O contrato de swap prevê que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a.

O valor nominal contratado foi de R\$ 246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de Abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

A Companhia implementou a contabilização de Hedge de valor justo. Os efeitos da mensuração a valor justo do swap e da debênture estão representados no quadro abaixo. A ineficácia reconhecida apurada na data base da apresentação das demonstrações financeiras foi insignificante.

O instrumento financeiro derivativo e a debenture são mensurados a valor justo a partir de inputs significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

A Companhia mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

| | <u>30/09/2015</u> | 31/12/2014 |
|--|-----------------------|------------|
| Ganho/Perda instrumentos derivativos | <u>(1.825)</u> | - |
| Marcação a mercado derivativos | <u>(1.684)</u> | - |
| Total instrumentos financeiros derivativos | <u><u>(3.509)</u></u> | <u>-</u> |
| | | |
| Circulante | 13.255 | - |
| Não circulante | (16.764) | - |

Valor justo debêntures

| | <u>30/09/2015</u> | 31/12/2014 |
|------------------------------|---------------------|------------|
| Valor justo das debêntures | <u>1.889</u> | - |
| Total valor justo debêntures | <u><u>1.889</u></u> | <u>-</u> |
| | | |
| Circulante | (18.676) | - |
| Não circulante | 20.565 | - |

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

| Prazo | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|-------|-------|--------|-------|---------|----------|---------|----------------|
| Valor | 6.449 | 12.148 | 3.833 | (3.274) | (13.807) | (8.858) | (3.509) |

c) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2015, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2014 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,63% para o ano de 2015 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

| Operação | Risco | Cenário provável I (*) | Cenário II | Cenário III |
|------------------------|-------|------------------------|------------|-------------|
| Aplicações financeiras | CDI | 12,50% | 9,38% | 6,25% |
| Triunfo | CDI | 1.781 | 1.336 | 891 |
| Rio Claro | CDI | 70 | 53 | 35 |
| Econorte | CDI | 4.549 | 3.411 | 2.274 |
| Concer | CDI | 202 | 152 | 101 |
| Transbrasiliana | CDI | 1.442 | 1.082 | 721 |
| BR Vias holding | CDI | 29 | 22 | 15 |
| R\$64.585 (**) | | 8.073 | 6.056 | 4.037 |

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de setembro de 2015 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2015, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA vigentes em 30 de setembro de 2015, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2015 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2015. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de setembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

| Operação | Risco | Cenário Provável I (*) | Cenário II | Cenário III |
|-----------------------------------|-------|------------------------|------------|-------------|
| 3ª Emissão de Debêntures | IPCA | 11.292 | 14.115 | 16.938 |
| 4ª Emissão de Debêntures | CDI | 74.827 | 93.534 | 112.241 |
| | | 86.119 | | 129.179 |
| R\$775.326 (**) | | | 107.649 | |
| Taxa/índice sujeitos às variações | CDI | 12,50% | 15,63% | 18,75% |
| Taxa/índice sujeitos às variações | IPCA | 6,39% | 7,99% | 9,59% |

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de setembro de 2015

Triunfo (Consolidado)

| Operação | Risco | Cenário Provável I (*) | Cenário II | Cenário III |
|---|-------|------------------------|------------|-------------|
| Finame-Financiamento Imobilizado Banco Santander - Rio Bonito | TJLP | 15 | 18 | 22 |
| Empréstimos BNDES - Concebra | TJLP | 44.871 | 56.089 | 67.307 |
| Cédula de crédito bancário BDMG - Concebra | CDI | 1.714 | 2.142 | 2.570 |
| Cédula de crédito bancário Votorantim - Concebra | CDI | 1.991 | 2.489 | 2.987 |
| Cédula de crédito bancário Santander - Concebra | CDI | 1.905 | 2.382 | 2.858 |
| Conta garantida Banco Santander - Triunfo | CDI | 6.250 | 7.813 | 9.375 |
| Conta garantida Banco Safra - Triunfo | CDI | 133 | 166 | 199 |
| Conta garantida Banco do Brasil - Triunfo | CDI | 3.750 | 4.688 | 5.625 |
| Conta garantida Bic Banco - Triunfo | CDI | 6.309 | 7.886 | 9.463 |
| Cédula de crédito bancário Credit Suisse - Triunfo | CDI | 10.899 | 13.624 | 16.349 |
| Cédula de crédito bancário Banco do Brasil - Triunfo | CDI | 14.942 | 18.678 | 22.413 |
| Cédula de crédito bancário Santander - Triunfo | CDI | 9.323 | 11.654 | 13.985 |
| Conta garantida Banco ABC do Brasil - Concer | CDI | 4.938 | 6.172 | 7.406 |
| CCB Banco Pine - Concer | CDI | 7.500 | 9.375 | 11.250 |
| CCB Banco Pan - Concer | CDI | 2.375 | 2.969 | 3.563 |
| Notas promissórias - Concer | CDI | 26.629 | 33.286 | 39.944 |
| Conta Garantida Banco Credito Varejo - Concer | CDI | 1.584 | 1.980 | 2.377 |
| Empréstimo Ponte BNDES -Concer | TJLP | 10.859 | 13.574 | 16.289 |
| Conta Garantida Banco Santander - Maestra | CDI | 5.870 | 7.338 | 8.806 |
| CCB Banco ABC - Maestra | CDI | 6.352 | 7.939 | 9.527 |
| CCB Banco Original - Maestra | CDI | 1.451 | 1.813 | 2.176 |
| Financiamento de Imobilizado BNDES - NTL | TJLP | 973 | 1.216 | 1.460 |
| Finem BNDES - Transbrasiliana | TJLP | 14.174 | 17.717 | 21.261 |
| Finame BNDES - Transbrasiliana | TJLP | 84 | 105 | 126 |
| Nota de crédito Banco ABC - Transbrasiliana | CDI | 2.197 | 2.746 | 3.296 |
| R\$1.953.612 (**) | | 187.088 | 233.859 | 280.634 |
| Debêntures-Triunfo (Controladora) | IPCA | 11.292 | 14.115 | 16.938 |
| Debêntures-Triunfo (Controladora) | CDI | 74.827 | 93.534 | 112.241 |
| Debêntures - Econorte | CDI | 32.093 | 40.117 | 48.140 |
| Debêntures - Concebra | CDI | 32.949 | 41.186 | 49.424 |
| Debêntures - Concer | IPCA | 13.146 | 16.432 | 19.719 |
| Debêntures - Vessel-log | IPCA | 6.093 | 7.616 | 9.139 |
| Debêntures - Transbrasiliana | CDI | 8.468 | 10.585 | 12.703 |
| Debêntures - BRVias Holding TBR S.A. | IGP-M | 3.535 | 4.419 | 5.302 |
| R\$1.730.811 (**) | | 182.403 | 228.004 | 273.606 |

Notas Explicativas

| | | | | |
|-----------------------------------|-------|--------|--------|--------|
| Taxa/Índice sujeitos às variações | CDI | 12,50% | 15,63% | 18,75% |
| Taxa/Índice sujeitos às variações | IGP-M | 5,33% | 6,66% | 8,00% |
| Taxa/Índice sujeitos às variações | TJLP | 7,00% | 8,75% | 10,50% |
| Taxa/Índice sujeitos às variações | IPCA | 6,39% | 7,99% | 9,59% |

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de setembro de 2015

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 70,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 5%.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

No segmento de energia, as vendas são garantidas e asseguradas pelo poder concedente.

c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Notas Explicativas

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

No segmento de energia, eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos de venda terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE) após a alocação ao MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

Notas Explicativas

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------|------------------|------------|
| | 30/09/2015 | 31/12/2014 | 30/09/2015 | 31/12/2014 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 17) | 423.275 | 103.777 | 1.776.948 | 1.027.519 |
| Debêntures (Nota 18) | 775.326 | 748.493 | 1.730.811 | 1.454.220 |
| Notas promissórias (Nota 19) | - | 169.874 | 213.032 | 169.874 |
| (-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4) | (112.274) | (92.144) | (164.873) | (188.209) |
| (-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5) | - | - | (43.120) | (68) |
| Dívida líquida | 1.086.327 | 930.000 | 3.512.798 | 2.463.336 |
| Patrimônio líquido | 1.291.785 | 1.315.140 | 1.411.099 | 1.433.816 |
| Total do capital | 2.378.112 | 2.245.140 | 4.923.897 | 3.897.152 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 45,68 | 41,42 | 71,34 | 63,21 |

32. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, energia, administração de aeroportos, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasileira, Concebra, Rio Parnaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba, Ecovale, Maestra, Vessel e NTL;
- Administração de portos: TPI-Log, Trevally, Terlip, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Energia: Rio Verde, Rio Canoas, Rio Claro, TNE, FIP Constantinopla, Tijoá e CSE;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos e Viracopos Estacionamentos;
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, Venus, Netuno, Mercurio, Minerva, Juno e ATTT.

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Notas Explicativas

33. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais conforme demonstrativo abaixo:

| <u>Ano</u> | <u>Valor</u> |
|-------------|----------------|
| 2015 | 235.317 |
| 2016 a 2021 | 44.955 |
| | <u>280.272</u> |

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | <u>30/09/15</u> | <u>30/09/14</u> |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Receita de construção | 517.739 | 260.801 |
| Custo de construção | (268.755) | (260.801) |
| | <u>248.984</u> | <u>-</u> |

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais conforme demonstrativo abaixo:

| <u>Ano</u> | <u>Valor</u> |
|------------|--------------|
| 2016 | 174 |
| 2017 | 174 |
| 2018 | 87 |
| | <u>435</u> |

Notas Explicativas

Até 30 de setembro de 2015, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 30 de setembro de 2015 são os seguintes:

| <u>Ano</u> | <u>Valor</u> |
|------------|--------------|
| 2015 | 464 |
| 2016 | 481 |
| 2017 | 254 |
| | <u>1.199</u> |

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos "Trabalhos Iniciais", R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | <u>30/09/15</u> | <u>30/09/14</u> |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Receita de construção | 195.826 | 57.608 |
| Custo de construção | (130.989) | (57.608) |
| | <u>64.837</u> | <u>-</u> |

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, estão previstos investimentos anuais de acordo com o cronograma de desembolsos a seguir:

| <u>Ano</u> | <u>Valor</u> |
|------------|----------------|
| 2015 | 9.299 |
| 2016 | 13.544 |
| 2017 | 12.470 |
| 2018 | 16.716 |
| Após 2019 | 258.366 |
| | <u>310.395</u> |

Notas Explicativas

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | <u>30/09/15</u> | <u>30/09/14</u> |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Receita de construção | 21.713 | 74.936 |
| Custo de construção | (21.713) | (74.936) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |

d) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão.

e) Concebra

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê investimentos anuais conforme demonstrativo abaixo:

| <u>Ano</u> | <u>Valor</u> |
|---------------|------------------|
| 2015 | 1.034.014 |
| 2016 | 816.434 |
| 2017 | 1.024.728 |
| 2018 | 1.012.491 |
| 2019 até 2044 | 5.809.564 |
| | <u>9.697.231</u> |

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | <u>30/09/15</u> | <u>30/09/14</u> |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Receita de construção | 510.401 | 180.634 |
| Custo de construção | (497.463) | (180.634) |
| | <u>12.938</u> | <u>-</u> |

Notas Explicativas

f) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 30 de setembro de 2015, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totalizam R\$380.826 conforme demonstrativo abaixo:

| <u>Ano</u> | <u>Valor</u> |
|---------------|----------------|
| 2015 | 18.209 |
| 2016 | 50.623 |
| 2017 | 17.015 |
| 2018 | 71.795 |
| 2019 até 2044 | 223.184 |
| | <u>380.826</u> |

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | <u>30/09/15</u> |
|-----------------------|-----------------|
| Receita de construção | 43.454 |
| Custo de construção | (43.454) |
| | <u>-</u> |

34. Arrendamento mercantil

As controladas Concebra e Transbrasiliana contrataram arrendamentos mercantis financeiros para aquisição de veículos para operação na concessão. Os bens foram registrados como ativo intangível e estão sendo depreciados pelo prazo de vida útil.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 30 de setembro de 2015, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

| <u>Prazo</u> | <u>30/09/2015</u> | |
|----------------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | <u>Consolidado</u> | |
| | <u>Pagamentos</u> | <u>Valor presente dos pagamentos</u> |
| Dentro de um ano | 1.355 | 1.253 |
| Após um ano, mas menos de 5 anos | 1.497 | 1.200 |
| | <u>2.852</u> | <u>2.453</u> |

35. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

Notas Explicativas

As contribuições da controladora no período findo em 30 de setembro de 2015 totalizaram R\$1.152 (R\$3.605 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.387 (R\$ 3.924 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de setembro de 2015 é de 906 participantes.

36. Combinações de negócios

Em 05 de janeiro de 2015, a Companhia por meio de sua controlada integral Dable Participações Ltda (“Dable”) adquiriu dos Fundos de Investimento FIP Volluto e FIP Aubuma a totalidade das ações que estes detinham na empresa BRVias Holding TBR. Com a aquisição, a TPI passou a ser controladora integral da empresa BRVias Holding TBR, detentora da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A.

Pela aquisição de 100% das ações da BRVias Holding TBR, a Companhia desembolsou em parcela única no montante de R\$22.380 após cumprimento das condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Na mesma data foram alterados o controle acionário indireto da BRVias Holding TBR, bem como os seus administradores.

O preço de aquisição foi determinado levando-se em consideração: (i) o valor da companhia adquirida; (ii) o valor dos passivos verificados; (iii) o valor do Termo de ajuste de Conduta (TAC- penalidades, no montante de R\$ 31.000); e (iv) o valor das debêntures da BRVias Holding TBR.

O preço de aquisição é composto e será devido da seguinte forma: (i) 1(uma) parcela devida na data de fechamento; (ii) 2 (duas) parcelas futuras, condicionais e variáveis, as quais serão devidas e pagas pela Companhia aos vendedores somente caso se verifiquem as seguintes condições:

- (i) Primeira parcela contingente: Caso dentro de 7 (sete) anos a contar da data de fechamento, venha a ser aprovada pela ANTT a duplicação da Rodovia Transbrasiliana, a Companhia deverá pagar aos vendedores o valor que for determinado pela metodologia, critérios e condições estabelecidos em contrato, onde a parcela pode variar entre R\$ 31.694 (mínimo) e R\$ 67.346 (máximo).
- (ii) Segunda parcela contingente: Caso dentro de 7 (sete) anos a contar da data de fechamento venha a ser aprovada pela ANTT a incorporar, construir, e duplicar o trecho projetado da BR – 374 entre Espírito Santo do Turvo e Lupércio, interligando a Rodovia Castelo Branco (SP 280) à Rodovia Transbrasiliana (BR 153), a Companhia pagará aos vendedores o valor que for determinado pela metodologia, critérios e condições estabelecidos em contrato, onde a parcela pode variar entre R\$ 25.000 (mínimo) e R\$ 37.500 (máximo).

Notas Explicativas

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos da BRVias Holding TBR e da Transbrasiliana na data da aquisição são apresentados a seguir:

BRVias Holding TBR S.A.

| ATIVO | Saldos contábeis em 05/01/2015 | Ajustes a mercado | Saldos ajustados |
|--|---|------------------------------|-----------------------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 233 | | 233 |
| | 233 | | 233 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Investimentos | 125.559 | (53.301) | 72.258 |
| | 125.559 | (53.301) | 72.258 |
| TOTAL DO ATIVO | 125.792 | (53.301) | 72.491 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Saldos contábeis em 05/01/2015 | Ajustes a mercado | Saldos ajustados |
| CIRCULANTE | | | |
| Debêntures | 1.999 | | 1.999 |
| Dividendos a pagar | 1.543 | | 1.543 |
| Outros passivos | 9.100 | | 9.100 |
| | 12.642 | | 12.642 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Debêntures | 55.207 | | 55.207 |
| | 55.207 | | 55.207 |
| TOTAL DO PASSIVO | 67.849 | | 67.849 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 57.943 | (53.301) | 4.642 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 125.792 | (53.301) | 72.491 |

Notas Explicativas**TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

| ATIVO | Saldos contábeis em 05/01/2015 | Ajustes a mercado | Saldos ajustados |
|--|---|------------------------------|-----------------------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 20.825 | | 20.825 |
| Aplicações financeiras | 6.249 | | 6.249 |
| Contas a receber | 5.014 | | 5.014 |
| Outros ativos | 2.335 | | 2.335 |
| | 34.423 | | 34.423 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Impostos diferidos | 6.299 | 27.458 | 33.757 |
| Outros ativos | 2.916 | | 2.916 |
| Imobilizado | 789 | | 789 |
| Intangível | 433.811 | (80.759) | 353.052 |
| | 443.815 | (53.301) | 390.514 |
| TOTAL DO ATIVO | 478.238 | (53.301) | 424.937 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Saldos contábeis em 05/01/2015 | Ajustes a mercado | Saldos ajustados |
| CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 114.255 | | 114.255 |
| Fornecedores | 24.025 | | 24.025 |
| Obrigações tributárias e trabalhistas | 3.030 | | 3.030 |
| Provisão para manutenção | 9.165 | | 9.165 |
| Outros passivos | 733 | | 733 |
| | 151.208 | | 151.208 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 170.366 | | 170.366 |
| Obrigações tributárias | 1.925 | | 1.925 |
| Tributos diferidos | 6.420 | | 6.420 |
| Provisão para manutenção | 13.089 | | 13.089 |
| ANTT | 8.599 | | 8.599 |
| Provisão para contingências | 1.072 | | 1.072 |
| | 201.471 | | 201.471 |
| TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 352.679 | (53.301) | 309.378 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 478.238 | (53.301) | 424.937 |

Notas Explicativas

Desde a data da aquisição, a Transbrasiliana passou a ser consolidada integralmente pela Companhia e contribuiu para o consolidado com receitas operacionais líquidas de R\$43.115 e lucro antes dos impostos de R\$14.825. Para maiores detalhes de resultado da investida vide a Nota Explicativa 2.3) a).

Os ativos líquidos ajustados adquiridos totalizaram R\$4.642, em contrapartida a um pagamento de R\$22.380, gerando assim um ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) do investimento em controlada de R\$17.738.

O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre (i) a soma do montante dado em troca do controle e (ii) a parte da adquirente no valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida já líquidos do passivo fiscal diferido.

O ágio apurado foi classificado no subgrupo de intangíveis no balanço consolidado, e não no balanço individual, onde deve permanecer integrando o saldo contábil do investimento, conforme item 23)b) do ICPC09(R2).

37. Eventos subsequentes

i) Aprovação de Distribuição de Dividendos Intermediários - Triunfo

Em 07 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$10.000, apurados com base em reserva de lucros acumulados dos anos de 2013 e anteriores, os quais compõem o saldo da conta de reserva de lucros demonstrada em Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2014.

ii) Aprovação da ANEEL para alienação de ativos de energia - Triunfo

Em 26 de outubro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") aprovou sem restrições a alienação da totalidade da participação que a Companhia detém em suas controladas do segmento de energia Rio Verde, Rio Canoas e TNE para a China Three Gorges Brasil Energia Ltda. ("CTG Brasil"). A conclusão e efetivação da alienação ainda depende de outras condições, dentre elas, aprovação do BNDES.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

| POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA. | | | | | | |
|---|------------------|--------------|---------------------|---|----------------|---|
| Companhia: | | | | | | Posição em 30 de setembro de 2015 (Em Mil Ações) |
| TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. | | | | | | |
| Acionista | Ações Ordinárias | | Ações Preferenciais | | Total | |
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| THP - Triunfo Holding de Participações Ltda. | 97.750 | 55,54 | - | - | 97.750 | 55,54 |
| BNDES Participações S.A. - BNDESPAR | 25.966 | 14,75 | - | - | 25.966 | 14,75 |
| João Villar Garcia | 62 | 0,04 | - | - | 62 | 0,04 |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 2.000 | 1,14 | - | - | 2.000 | 1,14 |
| Miguel Ferreira Aguiar | 1.430 | 0,81 | - | - | 1.430 | 0,81 |
| Wilson Piovezan | 1.050 | 0,6 | - | - | 1.050 | 0,6 |
| Carlo Alberto Bottarelli | 600 | 0,34 | - | - | 600 | 0,34 |
| Sandro Antônio de Lima | 25 | 0,01 | - | - | 25 | 0,01 |
| Vinci Partners | 15.208 | 8,64 | - | - | 15.208 | 8,64 |
| QVT Financial LP (i) | 10.307 | 5,85 | - | - | 10.307 | 5,85 |
| Ações em tesouraria | 361 | 0,21 | - | - | 361 | 0,21 |
| Outros | 21.241 | 12,07 | - | - | 21.241 | 12,07 |
| Total | 176.000 | 100,0 | - | - | 176.000 | 100,0 |

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

| DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA | | | | | | |
|---|----------------------------|--------------|-----------------------------|----------|--|--------------|
| Denominação: | | | | | Posição em 30 de setembro de 2015 (Em Mil Ações ou Cotas) | |
| THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA. | | | | | | |
| Acionista / Cotista | Ações Ords. / Cotas | | Ações Prefs. / Cotas | | Total | |
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| João Villar Garcia | 32.224 | 22,5 | - | - | 32.224 | 22,5 |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 32.224 | 22,5 | - | - | 32.224 | 22,5 |
| Miguel Ferreira Aguiar | 32.224 | 22,5 | - | - | 32.224 | 22,5 |
| Wilson Piovezan | 32.224 | 22,5 | - | - | 32.224 | 22,5 |
| Klavier Investimentos S.A. | 14.322 | 10,0 | - | - | 14.322 | 10,0 |
| Total | 143.218 | 100,0 | - | - | 143.218 | 100,0 |

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

| POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO | | | | | | |
|--|---|---------------|--|----------|--|---------------|
| Posição em 30 de setembro de 2015 | | | | | | |
| Acionista | Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades) | % | Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades) | % | Quantidade Total de Ações (Em Unidades) | % |
| Controlador | 97.750.000 | 55,54 | - | - | 97.750.000 | 55,54 |
| BNDES Participações S.A. | 25.966.004 | 14,75 | - | - | 25.966.004 | 14,75 |
| Controladores e Administradores | | | | | | |
| Controladores | | | | | | |
| João Villar Garcia | 61.800 | 0,04 | - | - | 61.800 | 0,04 |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 2.000.200 | 1,14 | - | - | 2.000.200 | 1,14 |
| Miguel Ferreira Aguiar | 1.430.000 | 0,81 | - | - | 1.430.000 | 0,81 |
| Wilson Piovezan | 1.050.000 | 0,60 | - | - | 1.050.000 | 0,60 |
| Administradores | | | | | | |
| Conselho de Administração | 16.565 | 0,01 | - | - | 16.565 | 0,01 |
| Diretoria | 625.000 | 0,36 | - | - | 625.000 | 0,36 |
| Conselho Fiscal | - | - | - | - | - | - |
| Ações em Tesouraria | 361.400 | 0,20 | - | - | 361.400 | 0,20 |
| Ações em circulação | 46.739.031 | 26,60 | - | - | 46.739.031 | 26,60 |
| Total | 176.000.000 | 100,00 | - | - | 176.000.000 | 100,00 |

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

| POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO | | | | | | |
|--|---|---------------|--|----------|--|---------------|
| Posição em 30 de setembro de 2014 | | | | | | |
| Acionista | Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades) | % | Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades) | % | Quantidade Total de Ações (Em Unidades) | % |
| Controlador | 97.750.000 | 55,54 | - | - | 97.750.000 | 55,54 |
| BNDES Participações S.A. | 25.966.004 | 14,75 | - | - | 25.966.004 | 14,75 |
| Controladores e Administradores | | | | | | |
| Controladores | | | | | | |
| João Villar Garcia | 66.800 | 0,04 | - | - | 66.800 | 0,04 |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 1.374.600 | 0,78 | - | - | 1.374.600 | 0,78 |
| Miguel Ferreira Aguiar | 1.430.000 | 0,81 | - | - | 1.430.000 | 0,81 |
| Wilson Piovezan | 1.050.000 | 0,60 | - | - | 1.050.000 | 0,60 |
| Administradores | | | | | | |
| Conselho de Administração | 222 | 0,00 | - | - | 222 | 0,00 |
| Diretoria | 600.259 | 0,36 | - | - | 600.259 | 0,36 |
| Conselho Fiscal | - | - | - | - | - | - |
| Ações em Tesouraria | - | - | - | - | - | - |
| Ações em circulação | 47.762.115 | 27,12 | - | - | 47.762.115 | 27,12 |
| Total | 176.000.000 | 100,00 | - | - | 176.000.000 | 100,00 |

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Triunfo Participações e Investimentos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.a) iii, nº1.b) iv. e nº 9, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações para alienação de suas controladas Rio Verde Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e TNE – Triunfo Negócios de Energia, com as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A conclusão e efetivação da venda ainda estão sujeitas ao cumprimento pelas partes de determinadas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, incluindo a aprovação de credores, como o BNDES, e de debenturistas, e por determinadas autoridades governamentais da China, país de origem da compradora. Os saldos referentes a esses investimentos estão registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas rubricas de “Participações a comercializar” e “Ativos e passivos de operações descontinuadas”, respectivamente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Estas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2015.

Clóvis Ailton Madeira

Contador CRC 1SP-106.895/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 11 de novembro de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2015.

São Paulo, 11 de novembro de 2015.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 11 de novembro de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2015.

São Paulo, 11 de novembro de 2015.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores